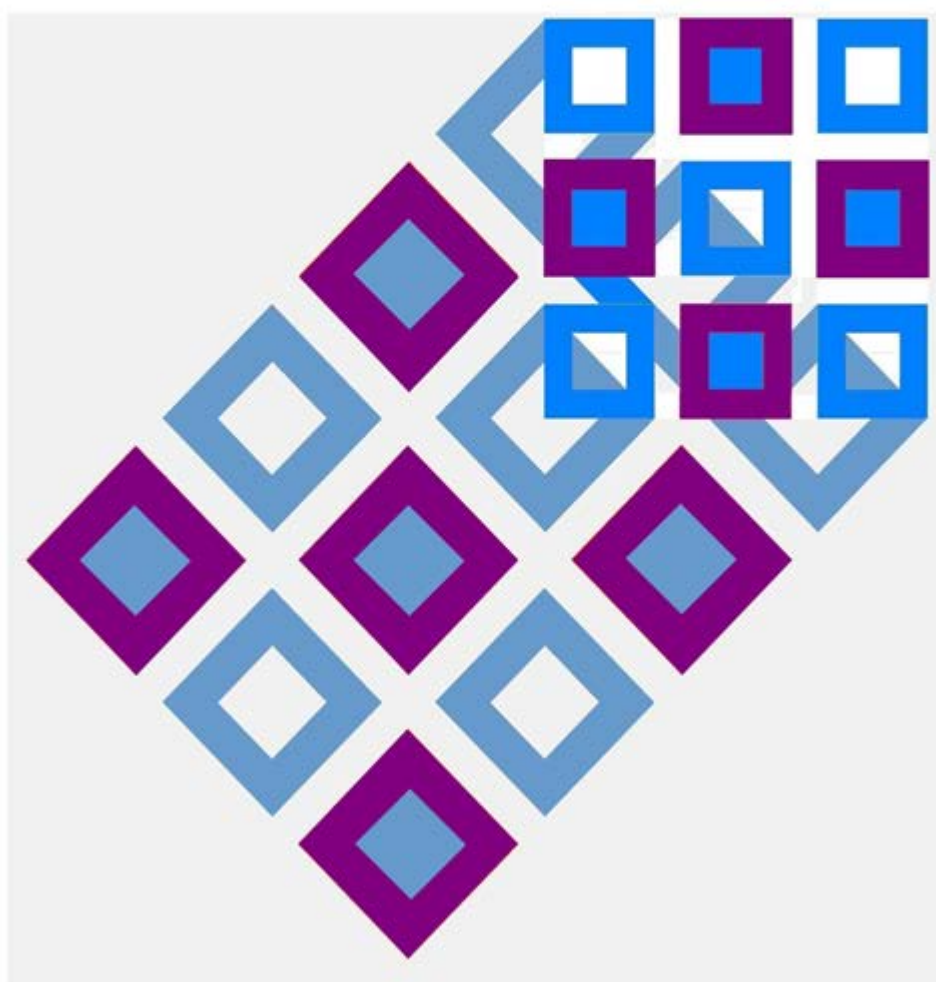


CARTA SOCIAL

REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

RELATÓRIO 2016



© Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2016

Coordenação: GEP/MTSSS

Colaboração: ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MTSSS), SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MTSSS) e CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSSS)

Email: cartasocial@gep.mtsss.pt

Página: www.cartasocial.pt; www.gep.mtsss.gov.pt

ISBN: 978-972-704-408-5

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor por GEP/MTSSS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Praça de Londres, n.º 2 - 5.º andar

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 000

Fax: (+351) 211 155 150

Índice

1. Nota introdutória	9
2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos	10
2.1 Entidades Proprietárias	10
2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas	10
2.1.2. Distribuição territorial das entidades proprietárias.....	11
2.2 Equipamentos Sociais	12
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas	12
2.2.2. Distribuição territorial	13
2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados	14
2.3 Respostas Sociais	16
2.3.1. Respostas sociais por população-alvo	16
2.3.2. Distribuição territorial	17
2.3.3. Respostas sociais novas	18
2.3.4. Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes	19
3. Respostas sociais por população-alvo	20
3.1 Crianças e Jovens	20
3.1.1. Número de respostas sociais.....	20
3.1.2. Capacidade.....	21
3.1.3. Distribuição territorial	22
3.1.4. Taxa de cobertura	24
3.1.5. Taxa de utilização.....	25
3.1.6. Funcionamento	27
3.1.7. Caracterização dos utentes	30
3.2 Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência.....	32
3.2.1. Número de respostas sociais.....	32
3.2.2. Capacidade.....	33
3.2.3. Distribuição territorial	34
3.2.4. Taxa de cobertura	35
3.2.5. Taxa de utilização.....	36
3.2.6. Funcionamento	37
3.2.7. Caracterização dos utentes	39
3.3 Pessoas Idosas.....	41
3.3.1. Número de respostas sociais.....	41
3.3.2. Capacidade.....	42
3.3.3. Distribuição territorial	43
3.3.4. Taxa de cobertura	46
3.3.5. Taxa de utilização.....	47
3.3.6. Funcionamento	48
3.3.7. Caracterização dos utentes	49
3.4 Família e Comunidade	51
3.4.1. Número de respostas sociais.....	52
3.4.2. Capacidade.....	52
3.4.3. Distribuição territorial	53
3.4.4. Taxa de utilização.....	53
3.4.5. A resposta social Acolhimento Familiar	54
3.5 Pessoas Toxicodependentes.....	56
3.5.1. Número de respostas sociais.....	56
3.5.2. Capacidade.....	56

3.5.3.	Distribuição territorial	57
3.5.4.	Taxa de utilização	57
3.6	Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias	58
3.6.1.	Número de respostas sociais.....	58
3.6.2.	Capacidade.....	58
3.6.3.	Distribuição territorial	59
3.6.4.	Taxa de utilização	59
3.7	Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico.....	60
3.7.1.	Respostas sociais	60
3.7.2.	Capacidade.....	60
3.7.3.	Distribuição territorial	61
3.7.4.	Taxa de utilização	61
4.	Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público....	62
4.1.	Despesa de funcionamento	62
4.2.	Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação	63
ANEXOS		64
	Nomenclaturas e Conceitos	65

Índice de Figuras

Figura 1 - Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 2000-2016 ¹	10
Figura 2 - Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2016 ¹	11
Figura 3 - Distribuição territorial e natureza jurídica das entidades proprietárias, por NUTS II – 2016.....	11
Figura 4 - Distribuição territorial das entidades proprietárias, por concelho – 2016.....	12
Figura 5 - Evolução do n.º de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2016.....	13
Figura 6 - Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2016.....	13
Figura 7 - Distribuição territorial da dos equipamentos sociais, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2016	13
Figura 8 - Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por concelho – 2016.....	14
Figura 9 - Evolução do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2016	14
Figura 10 - Distribuição percentual dos equipamentos sociais novos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2016.....	15
Figura 11 - Distribuição percentual dos equipamentos sociais encerrados, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2016.....	15
Figura 12 - Distribuição do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2016.....	15
Figura 13 - Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, Continente – 2000-2016.....	16
Figura 14 - Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2016	16
Figura 15 - Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo Continente – 2016.....	17
Figura 16 - Distribuição percentual das respostas sociais, por NUTS II e população-alvo – 2016.....	17
Figura 17 - Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2016	18
Figura 18 - Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2016.....	18
Figura 19 - Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2016.....	18
Figura 20 - Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2016	19
Figura 21 - Evolução da capacidade e dos utentes, Continente – 2000-2016.....	19
Figura 22 - Evolução do número de respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2016.....	20
Figura 23 - Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 2000-2016	20
Figura 24 - Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2016.....	21
Figura 25 - Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2016.....	21
Figura 26 - Evolução da capacidade, n.º de utentes e n.º utentes em acordo da resposta social Creche, Continente – 2000-2016	21
Figura 27 - Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho – 2016	22
Figura 28 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2016.....	23
Figura 29 - Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2016.....	23
Figura 30 - Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2016.....	23
Figura 31 - Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2006-2016.....	24
Figura 32 - Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito – 2016	24
Figura 33 - Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, concelho – 2016	24
Figura 34 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2016.....	25
Figura 35 - Evolução do n.º de crianças dos 0-3 anos e do n.º de utentes em Creche, Continente – 2000-2016.....	25
Figura 36 - Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2006-2016	26
Figura 37 - Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito – 2016.....	26
Figura 38 - Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, concelho – 2016.....	26
Figura 39 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2016.....	27
Figura 40 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2016.....	27
Figura 41 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2016.....	27
Figura 42 - Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2016	28

Figura 43 - Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2016.....	28
Figura 44 - Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2016	28
Figura 45 - Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2016.....	28
Figura 46 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2016.....	29
Figura 47- Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de permanência diária das crianças, Continente – 2016.....	29
Figura 48- Distribuição percentual dos utentes em CATL por modelo de funcionamento da resposta, Continente – 2016	29
Figura 49 - Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2016	30
Figura 50 - Evolução do número de respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, Continente – 2000-2016	32
Figura 51 - Evolução do número de respostas sociais CAO e Lar Residencial, Continente – 2000-2016	32
Figura 52 - Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, Continente – 2000-2016	33
Figura 53 - Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social CAO, Continente – 2000-2016.....	33
Figura 54 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, por distrito – 2016	34
Figura 55 - Distribuição territorial da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), por distrito – 2016.....	34
Figura 56 - Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2006-2016 ¹	35
Figura 57 - Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2016	35
Figura 58 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2016.....	36
Figura 59 - Taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2016	36
Figura 60 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2016.....	37
Figura 61 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2016.....	37
Figura 62 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2016.....	37
Figura 63 - Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente – 2016	38
Figura 64 - Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente – 2016	38
Figura 65 - Distribuição percentual dos CAO por tempo médio de permanência diária dos utentes, Continente – 2016.....	38
Figura 66 - Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2016	39
Figura 67 - Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2016	39
Figura 68 - Distribuição percentual dos utentes em CAO por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2016.....	39
Figura 69 - Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2016.....	39
Figura 70 - Distribuição percentual dos utentes em CAO por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2016	40
Figura 71 - Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2016	40
Figura 72 - Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2016	40
Figura 73 - Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2016.....	41
Figura 74 - Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 2000-2016	41
Figura 75 - Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2016.....	42
Figura 76 - Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social SAD, Continente – 2000-2016	42
Figura 77 - Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho – 2016.....	43
Figura 78 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2016.....	44

Figura 79 - Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2016	44
Figura 80 - Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2016.....	45
Figura 81 - Distribuição percentual da resposta social ERPI, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2016.....	45
Figura 82 - Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2006-2016.....	46
Figura 83 - Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2016	46
Figura 84 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2016.....	47
Figura 85 - Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2016.....	47
Figura 86 - Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2016.....	48
Figura 87 - Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2016	48
Figura 88 - Distribuição percentual da resposta SAD por modelo de funcionamento, Continente – 2016	48
Figura 89 - Distribuição percentual da resposta ERPI por modalidade de alojamento, Continente – 2016	48
Figura 90 - Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2016	49
Figura 91 - Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2016	49
Figura 92 - Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2016	50
Figura 93 - Distribuição percentual dos utentes em ERPI por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2016	50
Figura 94 - Distribuição percentual dos utentes em ERPI por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2016	50
Figura 95 - Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2016	51
Figura 96 - Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2016.....	51
Figura 97 - Evolução das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2016.....	52
Figura 98 - Evolução da capacidade nas respostas para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2016.....	52
Figura 99 - Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2016.....	53
Figura 100 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2016.....	53
Figura 101 - Distribuição da resposta social Família de Acolhimento por distrito – 2016	55
Figura 102 - Distribuição percentual do número de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2016	55
Figura 103 - Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2016.....	55
Figura 104 - Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2016.....	56
Figura 105 - Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000 -2016.....	56
Figura 106 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, distrito – 2016.....	57
Figura 107 - Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 2000-2016.....	57
Figura 108 - Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2016	58
Figura 109 - Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2016.....	58
Figura 110 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2016.....	59
Figura 111 - Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2016.....	59
Figura 112 - Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2016	60
Figura 113 - Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2016	60
Figura 114 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2016.....	61
Figura 115 - Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2016	61
Figura 116 - Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2016	62

Figura 117 - Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2016	62
Figura 118 - Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2016.....	62
Figura 119 - Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2016	63

1. Nota introdutória

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais¹, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, com um papel determinante no combate das situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

A Carta Social - ferramenta essencial ao estudo da dinâmica da RSES - apresenta-se como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental na linha de informação ao cidadão.

A atualização da informação da Carta Social é realizada por via eletrónica, anualmente, junto das entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES, possibilitando que as referidas entidades acedam a uma plataforma informática, através da *internet*, que lhes permite atualizar ou inserir novos elementos associados à atividade desenvolvida, modelo que, para além de desburocratizar o processo e reduzir os procedimentos administrativos, apresenta menos encargos financeiros para o Estado. Neste âmbito é também, considerada informação proveniente de outros serviços do Ministério, designadamente o Instituto de Segurança Social, IP (ISS, IP) e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS, IP), que vem complementar a informação atualizada pelas entidades.

O presente relatório, que tem por base a informação obtida por referência a 31 de dezembro de 2016, pretende dar a conhecer a dinâmica da evolução recente da RSES no território continental, apresentando as principais variáveis e indicadores de caracterização do comportamento das entidades, dos equipamentos sociais de suporte e das diferentes respostas sociais, assim como o esforço público que tem sido realizado ao nível do funcionamento. De referir, ainda, que o relatório que se apresenta integra, pelo segundo ano consecutivo, elementos relativos à resposta de Educação Pré-Escolar.

¹ No desenvolvimento deste Relatório, são utilizados indiscriminadamente os termos “valência” e “resposta social”.

2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

2.1 Entidades Proprietárias

No âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, é considerada entidade proprietária qualquer entidade, individual ou coletiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

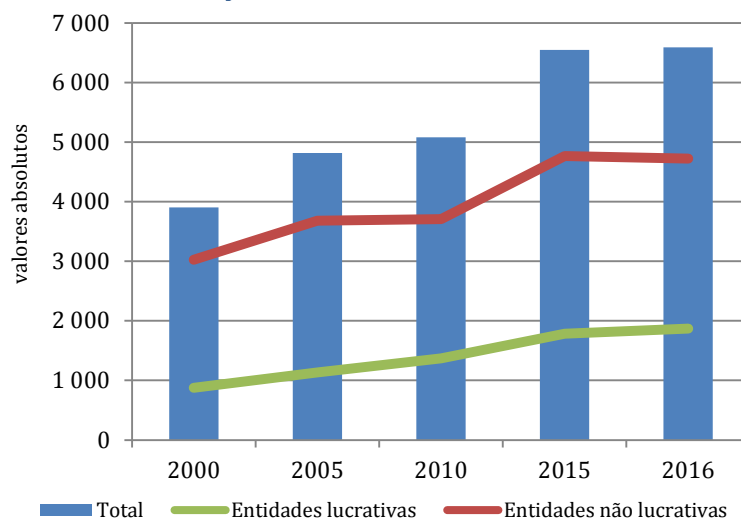
2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas

No contexto da análise deste relatório, as entidades proprietárias de equipamentos sociais são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As entidades lucrativas congregam as entidades particulares com fins lucrativos, enquanto as entidades não lucrativas compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de ação social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

Entre os anos 2000 e 2016, o número de entidades proprietárias de equipamentos sociais registou um crescimento de

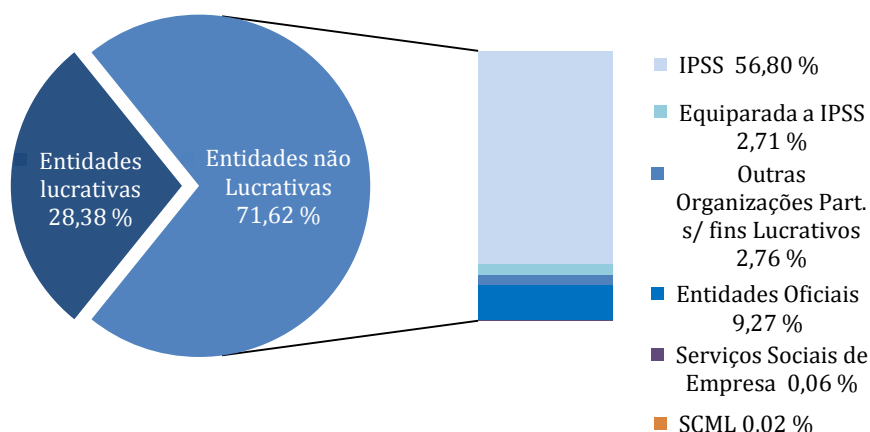
69 %. Em 2016, por referência a 31 de dezembro, o universo de entidades proprietárias de equipamentos sociais contabilizadas na Carta Social foi de 6593, das quais cerca de 72 % compreendiam entidades não lucrativas.

Figura 1 - Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 2000-2016¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

¹Revisão de série, com efeitos a partir de 2000, em função de alteração metodológica (contabilizadas apenas as entidades com equipamentos sociais).

Figura 2 - Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2016¹

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

2.1.2. Distribuição territorial das entidades proprietárias

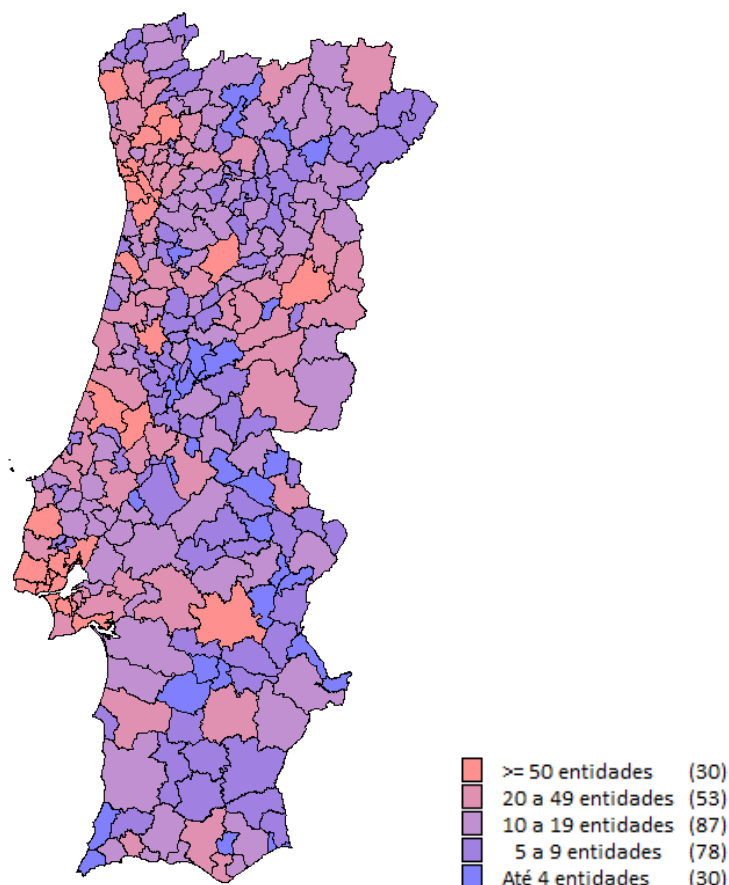
A região Norte continua a ser a que detém o maior peso relativo de entidades no global (30,2 %), bem como de entidades não lucrativas (32,7 %). As entidades lucrativas apresentavam maior peso relativo na Área Metropolitana de Lisboa (AML) (47,8 %).

Figura 3 - Distribuição territorial e natureza jurídica das entidades proprietárias, por NUTS II – 2016

NUTS II	Total (%)	Entidades lucrativas (%)	Entidades não lucrativas (%)
Norte	30,2	23,8	32,7
Centro	28,3	19,6	31,7
Área Metropolitana de Lisboa	28,4	47,8	20,7
Alentejo	9,8	5,4	11,6
Algarve	3,4	3,5	3,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Os municípios dispostos ao longo da faixa litoral do Continente, mais populosos, apresentavam também valores superiores de entidades em 2016, destacando-se Lisboa e Porto.

Figura 4 - Distribuição territorial das entidades proprietárias, por concelho – 2016

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

2.2 Equipamentos Sociais

É considerado equipamento social no contexto da RSES toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais² ou onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas.

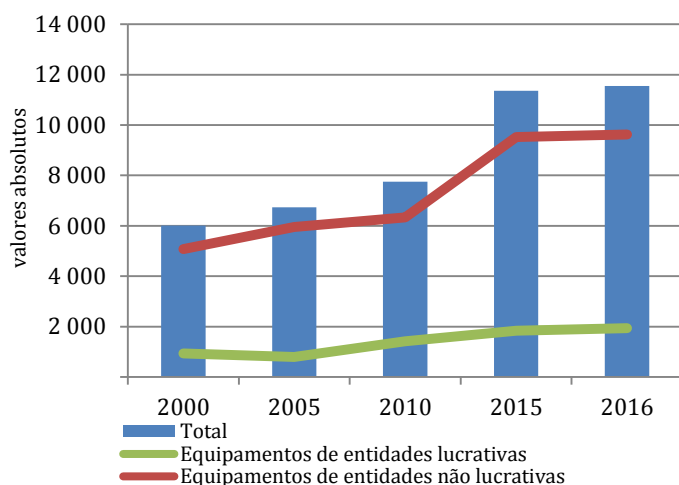
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas

O número de equipamentos sociais em funcionamento tem apresentado, ao longo do período 2000-2016, um crescimento muito significativo. Em 2016 contabilizaram-se na Carta Social mais de 11 500 equipamentos, pertencendo a maioria (83 %) a entidades não lucrativas, i.e., equipamentos das redes pública e solidária. O peso relativo dos equipamentos de entidades não lucrativas é revelador da dinâmica das entidades da economia social no âmbito do apoio às populações.

Em 2016, por cada cinco equipamentos de entidades não lucrativas existia, em média, um de entidades lucrativas.

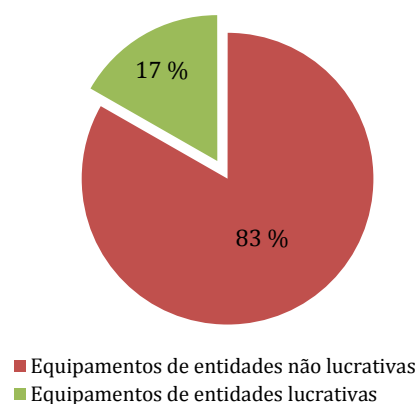
² Conjunto de atividades desenvolvidas em equipamentos sociais para apoio a pessoas e famílias.

Figura 5 - Evolução do n.º de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 6 - Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

2.2.2. Distribuição territorial

A nível geográfico, a região Norte apresenta o maior peso relativo de equipamentos sociais no global (32,0 %) e, simultaneamente, de equipamentos afetos a entidades não lucrativas, enquanto a AML detém a maior proporção de equipamentos de entidades lucrativas (47,3%).

Figura 7 - Distribuição territorial da dos equipamentos sociais, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2016

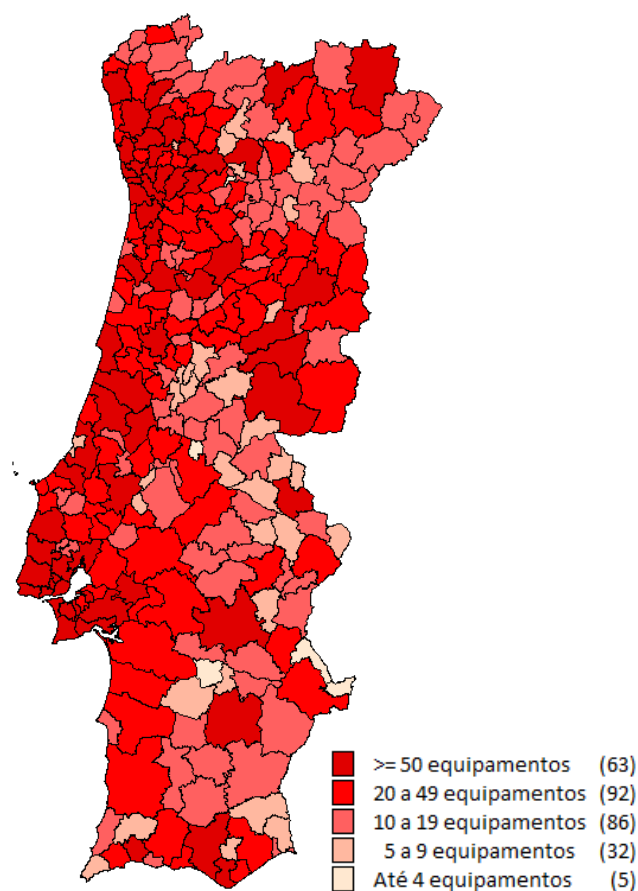
NUTS II	Total (%)	Equipamentos de entidades lucrativas (%)	Equipamentos de entidades não lucrativas (%)
Norte	32,0	23,9	33,6
Centro	29,5	19,5	31,4
Área Metropolitana de Lisboa	24,7	47,3	20,4
Alentejo	10,1	5,4	11,0
Algarve	3,7	3,9	3,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

A distribuição de equipamentos sociais no território continental é notoriamente diferenciada, refletindo, de algum modo, as assimetrias existentes na distribuição populacional. Os municípios localizados ao longo da faixa litoral concentram um maior número de equipamentos.

Em 2016, dos 278 concelhos do Continente, a totalidade estava coberta por equipamentos sociais, sendo que 155 detinham 20 ou mais equipamentos em funcionamento e 63 concentravam 50 ou mais.

Figura 8 - Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por concelho – 2016

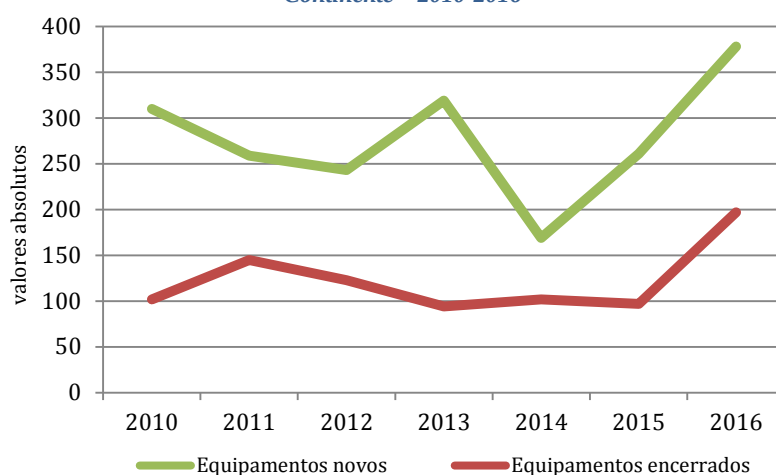


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados³

O número de equipamentos que entraram em funcionamento entre 2010 e 2016 tem registado algumas oscilações. Contudo os últimos anos têm sido marcados por uma tendência de crescimento. Quer o número de equipamentos novos, quer o número dos que encerraram, registam, desde 2015, um aumento significativo, que poderá,

Figura 9 - Evolução do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2016



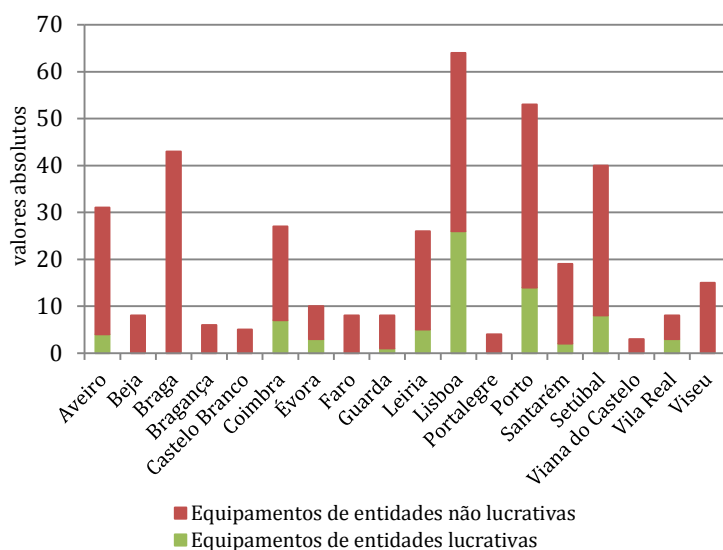
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

³ Consideram-se *equipamentos sociais novos* e *equipamentos sociais encerrados* os equipamentos que entraram em funcionamento e cessaram atividade no ano de 2016, respetivamente. É de destacar que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na Carta Social pela primeira vez em 2015, pelo que tal situação deverá ser tida em conta na análise desta informação.

de algum modo, ter como explicação a recuperação da economia, no caso dos primeiros, e o reforço da ação inspetiva no caso dos segundos.

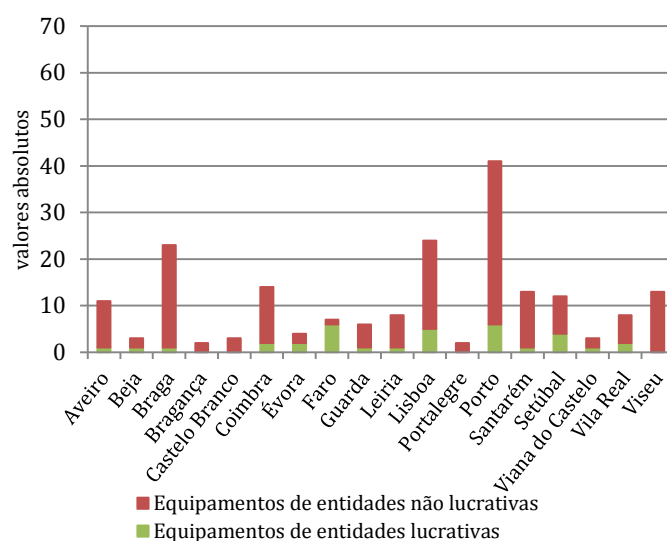
As entidades não lucrativas são responsáveis por mais de 80 % dos equipamentos que entraram em funcionamento em 2016 (80,7 %), assim como dos equipamentos que encerraram no mesmo ano (82,7 %), o que, em parte, reflete a iniciativa e dinamismo por parte destas entidades.

Figura 10 - Distribuição percentual dos equipamentos sociais novos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 11 - Distribuição percentual dos equipamentos sociais encerrados, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2016

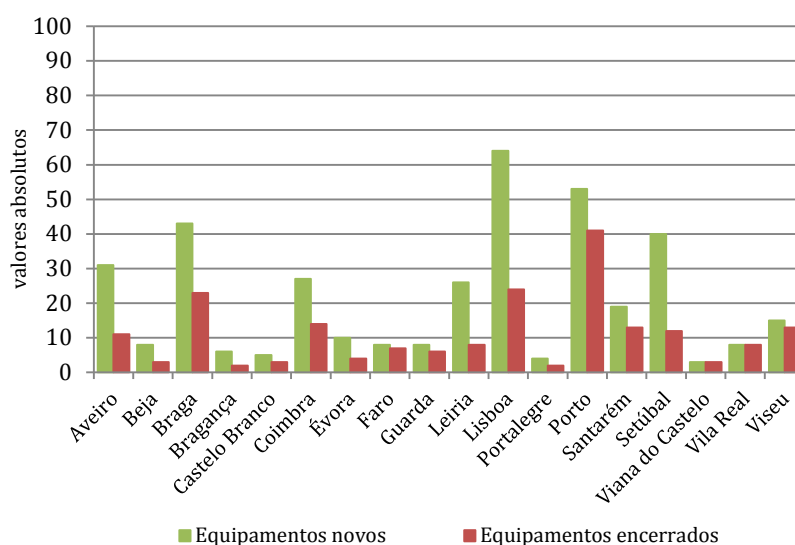


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal foram os que apresentaram um maior número de novos equipamentos e de encerramentos, a que se juntam Braga e Coimbra.

É de salientar, que todos os distritos do Continente registaram um saldo positivo entre o número de equipamentos novos e encerrados.

Figura 12 - Distribuição do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

2.3 Respostas Sociais

As repostas sociais podem ser entendidas como um conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos sociais, ou a partir destes, para apoio a pessoas e famílias. As respostas sociais enquadradas na RSES dirigem-se a toda a população numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais. Todavia, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos alvo enquadrados em quatro grandes áreas: **(1)** Crianças e Jovens; **(2)** Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade; **(3)** Pessoas Idosas e **(4)** Pessoas com outras problemáticas, no âmbito da Família e Comunidade.

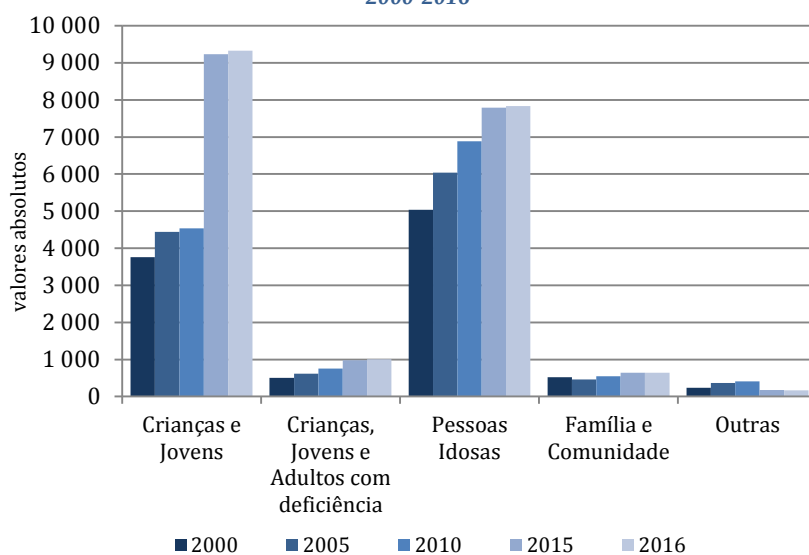
2.3.1. Respostas sociais por população-alvo

Entre os anos 2000 e 2016 o universo de respostas sociais enquadradas na RSES apresentou um crescimento de 89 %.

As respostas dirigidas às Crianças e Jovens registaram um aumento significativo nos últimos anos em análise⁴, constituindo 49,1 % do total, enquanto as respostas destinadas ao apoio às Pessoas Idosas representavam 41,3 % em 2016.

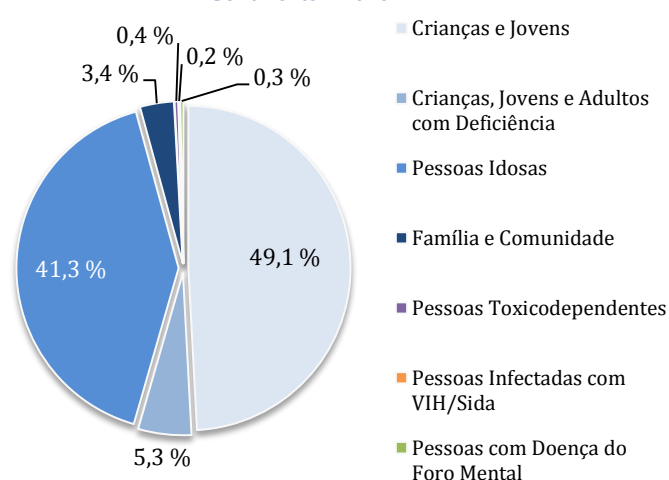
Embora com menor peso relativo, as respostas para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência duplicaram entre 2000 e 2016, registando desde 2000 um aumento muito significativo (101 %).

Figura 13 - Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 14 - Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2016



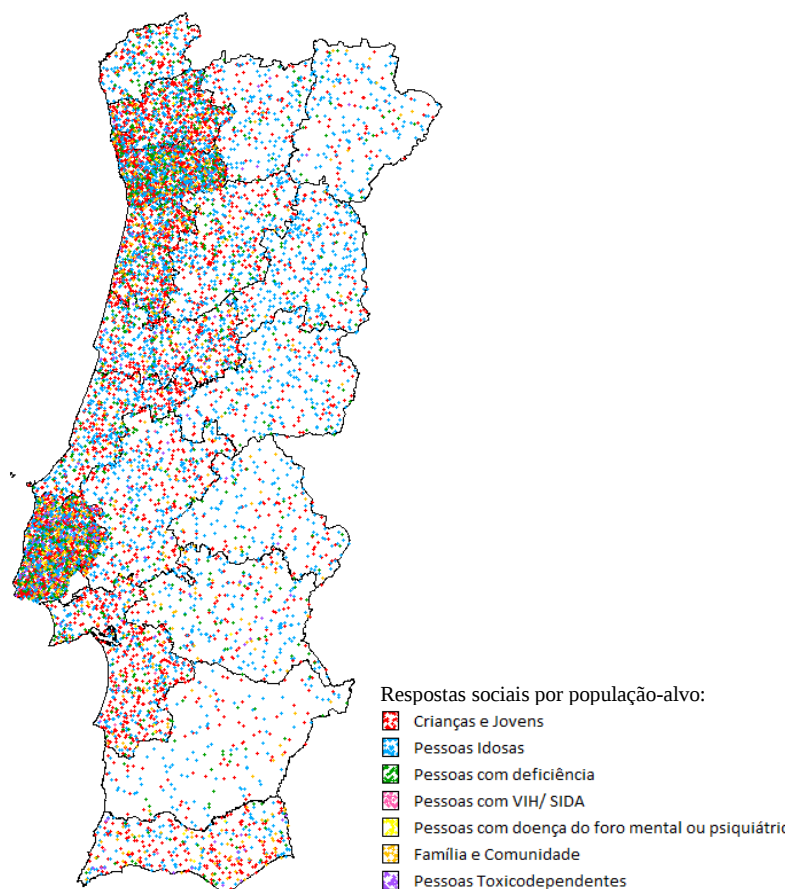
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

⁴ É de destacar que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na Carta Social pela primeira vez em 2015, pelo que tal situação deverá ser tida em conta na análise desta informação.

2.3.2. Distribuição territorial

A distribuição das respostas sociais no território continental reproduzia em 2016 o padrão de distribuição populacional. Os distritos localizados na faixa litoral Norte e Centro até à Área Metropolitana de Lisboa concentram o maior peso relativo de respostas. É de salientar que, à execução das respostas dirigidas à População Idosa e as que visam o apoio a pessoas com problemáticas específicas, que apresentam maior relevância na região Centro e na AML, respetivamente, as restantes respostas sociais registavam maior peso relativo na região Norte.

Figura 15 - Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 16 - Distribuição percentual das respostas sociais, por NUTS II e população-alvo – 2016

NUTS II	Crianças e Jovens (%)	Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência (%)	Pessoas Idosas (%)	Família e Comunidade (%)	Outras (%)
Norte	33,6	33,4	31,2	30,7	19,7
Centro	27,6	28,9	37,0	24,0	18,8
Área Metropolitana de Lisboa	26,7	22,9	15,6	27,8	43,9
Alentejo	8,1	12,0	13,1	9,1	8,1
Algarve	4,0	2,8	3,1	8,4	9,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

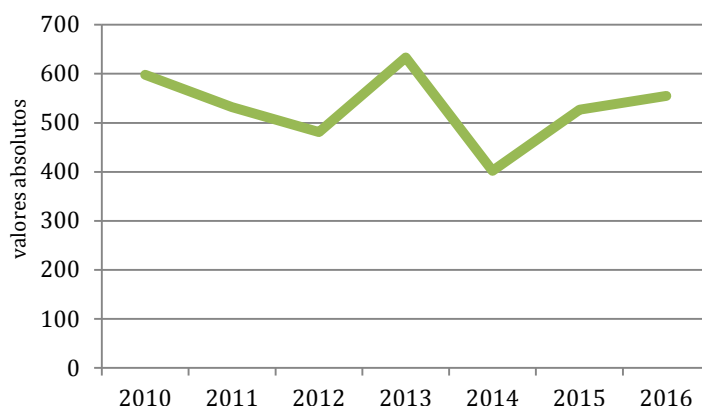
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

2.3.3. Respostas sociais novas⁵

A evolução das respostas sociais que entraram em funcionamento desde 2010 tem sido pautada por alguma oscilação. Contudo, desde 2015⁶, que se assiste a um aumento no número de aberturas, o que poderá estar associado, de algum modo, à recuperação da economia, entre outros fatores.

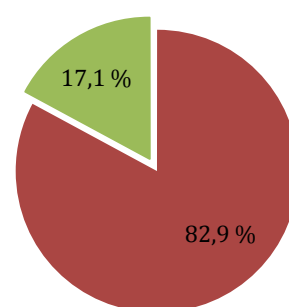
Cerca de 83 % das respostas sociais que entraram em funcionamento em 2016 eram desenvolvidas por entidades não lucrativas, confirmando, uma vez mais, a preponderância do setor solidário na criação de respostas de apoio social.

Figura 17 - Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

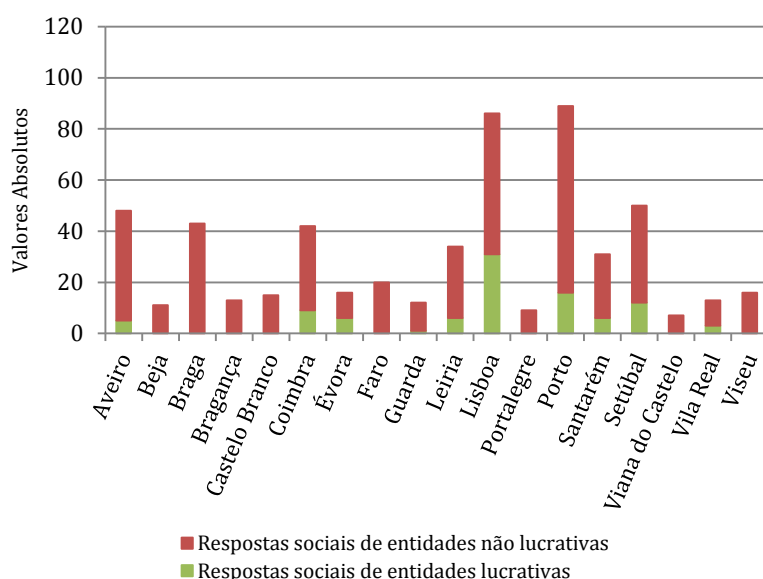
Figura 18 - Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2016



■ Respostas sociais de entidades não lucrativas
■ Respostas sociais de entidades lucrativas

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 19 - Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2016



■ Respostas sociais de entidades não lucrativas
■ Respostas sociais de entidades lucrativas

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

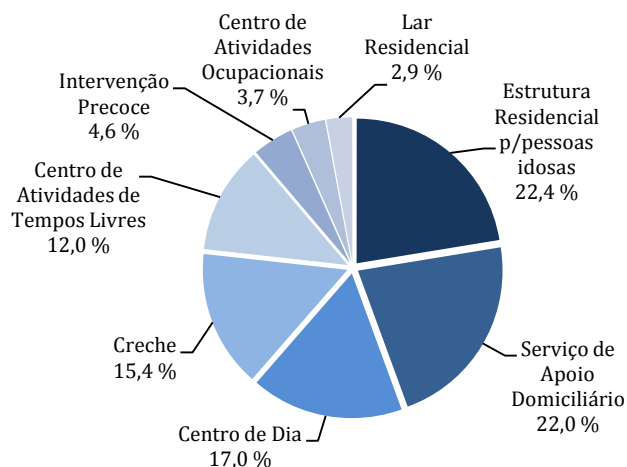
Porto, Lisboa, Setúbal e Aveiro consistiram nos distritos com maior dinamismo na criação de novas respostas, concentrando quase cerca de 50 % das respostas que entraram em funcionamento em 2016.

⁵ Consideram-se respostas sociais novas as respostas que entraram em funcionamento no ano de 2016.

⁶ É de destacar que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na Carta Social pela primeira vez em 2015, pelo que tal situação deverá ser tida em conta na análise desta informação.

Em termos de tipologia, mais de 50 % do universo de respostas que entrou em funcionamento em 2016⁷ consistia em respostas de apoio às Pessoas Idosas, designadamente Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) (22,4 %), Serviços de Apoio Domiciliário (22,0 %) e Centros de Dia (17,0 %).

Figura 20 - Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2016

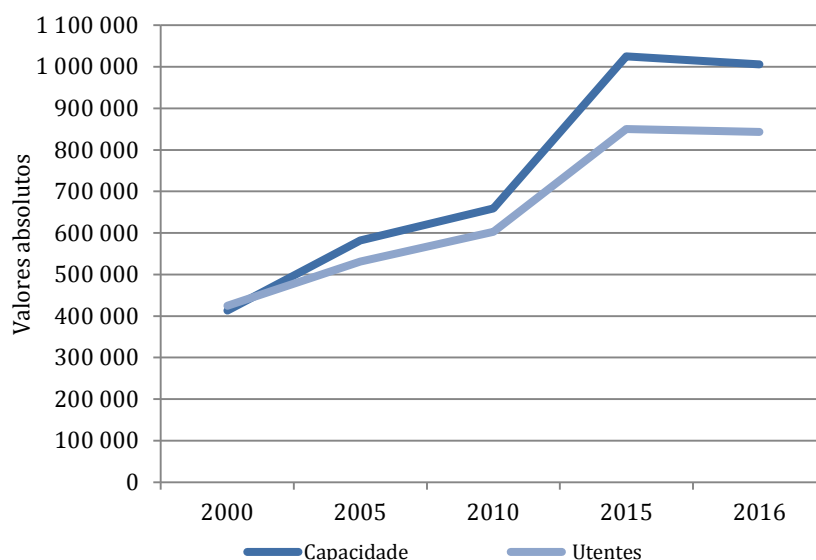


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

2.3.4. Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes

A capacidade instalada das respostas sociais que compõem a RSES tem aumentado significativamente desde o início do período de análise. No ano de 2015, a oferta superou um milhão de lugares, sendo que, em 2016, o número de lugares não registou grandes oscilações face ao observado no ano anterior.

Figura 21 - Evolução da capacidade e dos utentes, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

⁷ Não foram consideradas nesta análise as respostas de Educação Pré-Escolar registadas na Carta Social no ano de 2016.

3. Respostas sociais por população-alvo

3.1 Crianças e Jovens

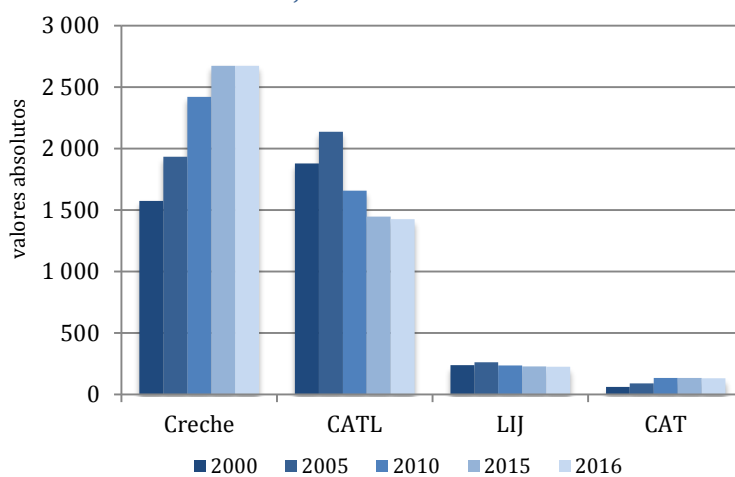
As respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens englobam a Creche e a Ama⁸, que visam o apoio à primeira infância (crianças até aos 3 anos de idade), a Educação Pré-Escolar⁹, o Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), o Centro de Acolhimento Temporário (CAT), o Lar de Infância e Juventude (LIJ) e o Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP), entre outras com menor expressão.

3.1.1. Número de respostas sociais

As principais respostas dirigidas a Crianças e Jovens evidenciam um crescimento global de 18,8 % no período 2000-2016, embora se verifiquem tendências distintas entre as diferentes respostas. Enquanto a resposta Creche tem apresentado um crescimento contínuo, a oferta disponível de CATL decresceu com o alargamento do horário escolar. Por outro lado, as respostas de LIJ e CAT apresentam uma redução nos últimos anos.

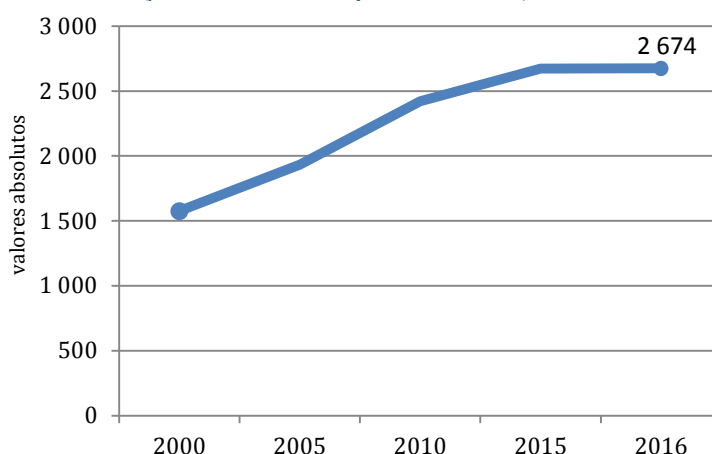
Entre 2000 e 2016, a resposta Creche denota um incremento muito significativo (70 %), traduzindo a abertura de mais de mil novas respostas. Das 2674 Creches em funcionamento no Continente em 2016, por referência a 31 de Dezembro, 74 % eram propriedade

Figura 22 - Evolução do número de respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 23 - Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 2000-2016



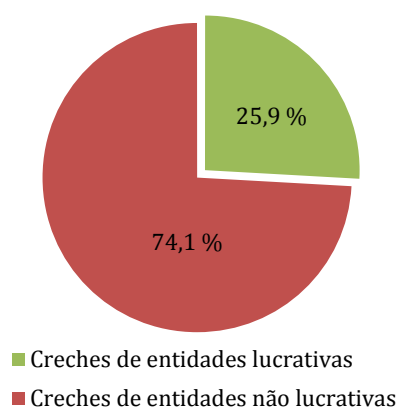
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

⁸ Resposta social que consiste no exercício de atividade de ama, destinada a cuidar na sua residência de crianças até aos três anos de idade, ou até atingir a idade de ingresso no estabelecimento de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerce as responsabilidades parentais (família).

⁹ Atendendo que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na Carta Social pela primeira vez em 2015, esta resposta será analisada de forma autónoma.

de entidades não lucrativas e apenas ¼ das Creches pertencia à rede privada-lucrativa, o que reflete o peso relativo do setor solidário no apoio à primeira infância.

Figura 24 - Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2016



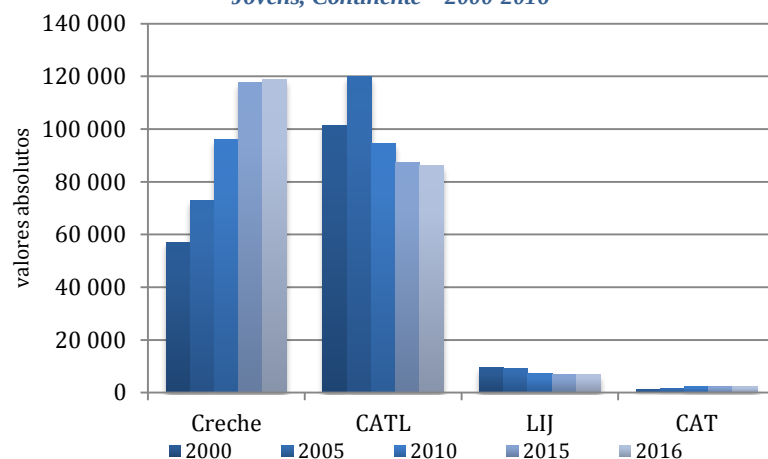
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.1.2. Capacidade

A capacidade (número de lugares) das respostas dirigidas a Crianças e Jovens tem conhecido, igualmente, um aumento positivo (27 %) entre 2000 e 2016, apesar das diferenças existentes entre respostas.

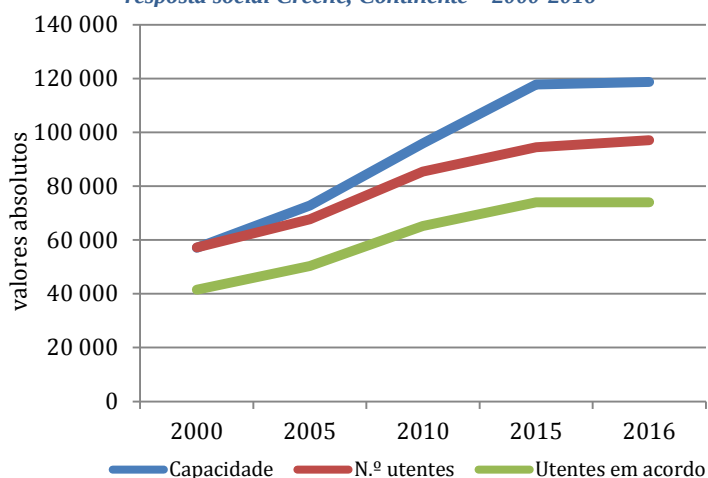
O número de lugares em Creche ultrapassou em 2016 os 118 000 mil, registando-se um crescimento de cerca de 108 % por comparação aos lugares existentes em 2000 (57 158). O número de lugares comparticipados pelo Estado, via acordos de cooperação¹⁰ representava em 2016 cerca de 63 % do universo de lugares disponíveis em equipamentos de entidades lucrativas e não lucrativas.

Figura 25 - Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 26 - Evolução da capacidade, n.º de utentes e n.º utentes em acordo da resposta social Creche, Continente – 2000-2016

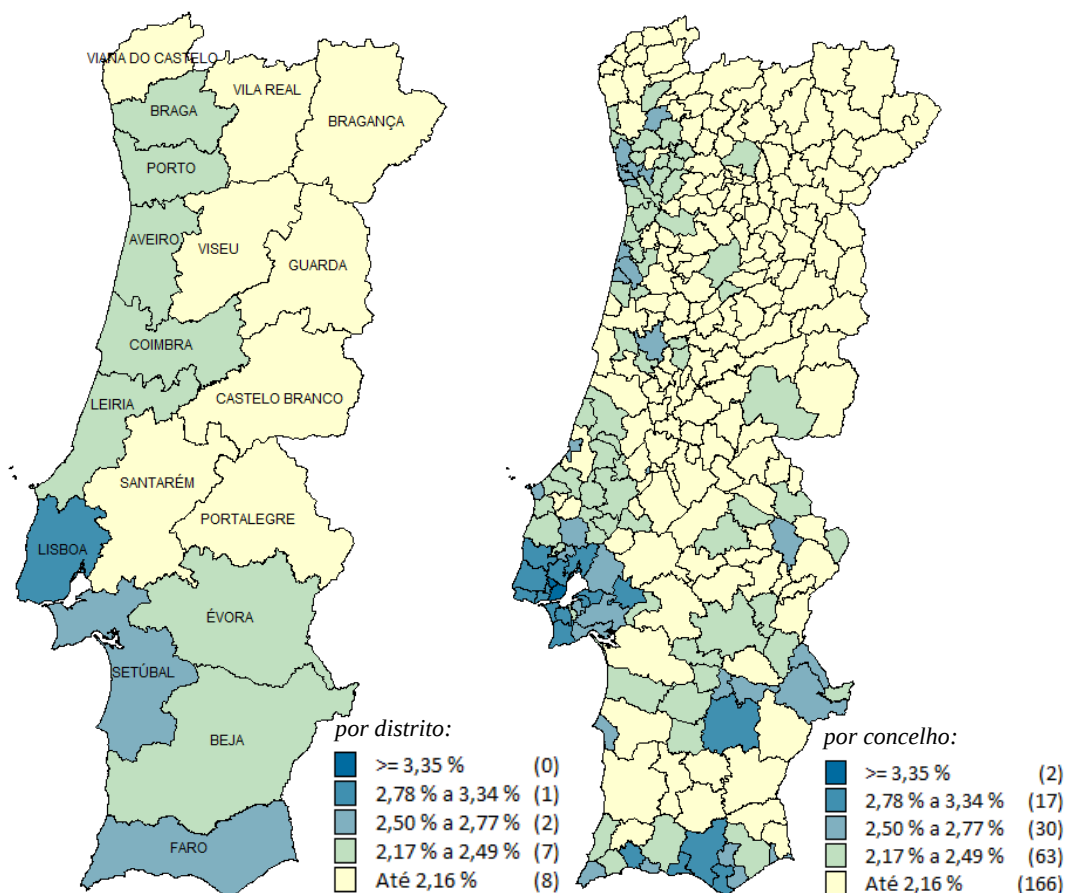


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

¹⁰ O Protocolo de Cooperação estabelecido bienalmente entre os Ministérios da Educação (ME), do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS) e as entidades que compõem a rede solidária, representados pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e a União das Mutualidades Portuguesas (UM) define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

3.1.3. Distribuição territorial

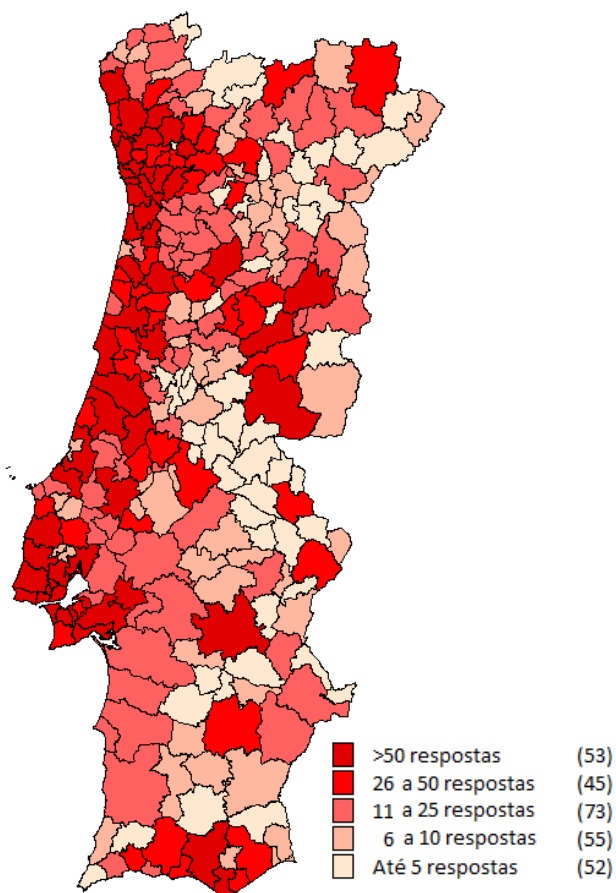
Figura 27 - Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho – 2016



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2016.

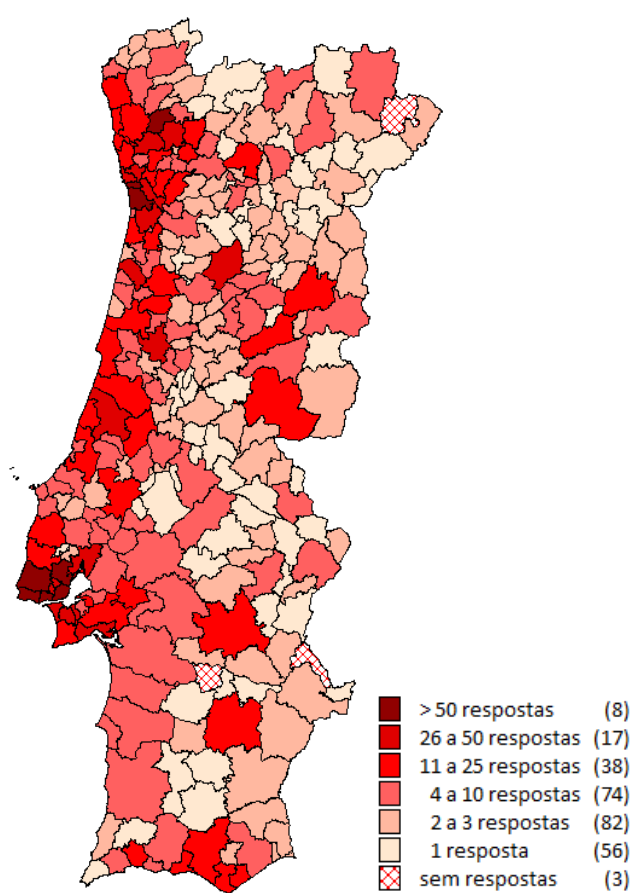
A relação entre o número de crianças residentes com menos de 3 anos de idade e a população total no Continente revela, uma vez mais, as dicotomias existentes no país. Se, por um lado, os territórios localizados junto à faixa litoral apresentavam as maiores percentagens de crianças com idade inferior a 3 anos, os territórios do interior registavam maioritariamente as menores percentagens de crianças nesta faixa etária. A distribuição geográfica das respostas sociais para este grupo-alvo tem seguido, de alguma forma, este padrão de distribuição populacional, registando-se uma maior concentração de respostas nos territórios com maior proporção de crianças. A nível concelhio, em 2016, dos 278 concelhos do Continente, 171 dispunha de mais de 10 respostas dirigidas a Crianças e Jovens, mas apenas 63 concelhos registava mais de 10 Creches. É de destacar, de qualquer forma, que a quase totalidade dos concelhos (275) estavam cobertos pela resposta Creche, dos quais 137 tinham uma oferta superior a 3 respostas.

Figura 28 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

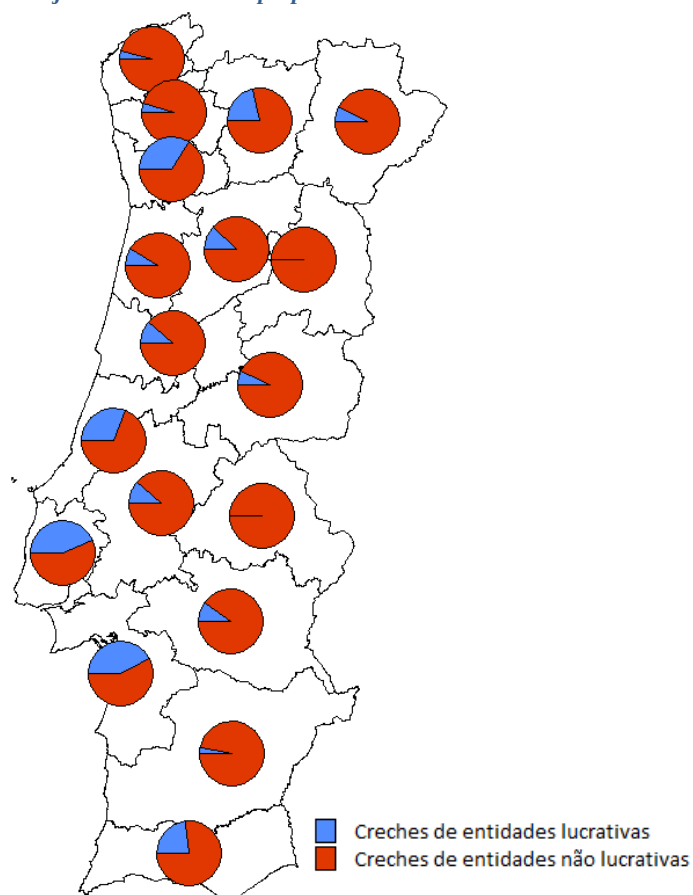
Figura 29 - Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

A oferta de Creches por entidades não lucrativas é maioritária em todos os distritos do Continente. Contudo, em Lisboa (44 %), Setúbal (43 %) e Porto (34 %) a oferta da rede privada/lucrativa já representava, em 2016, mais de $\frac{1}{3}$ do total.

Figura 30 - Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2016



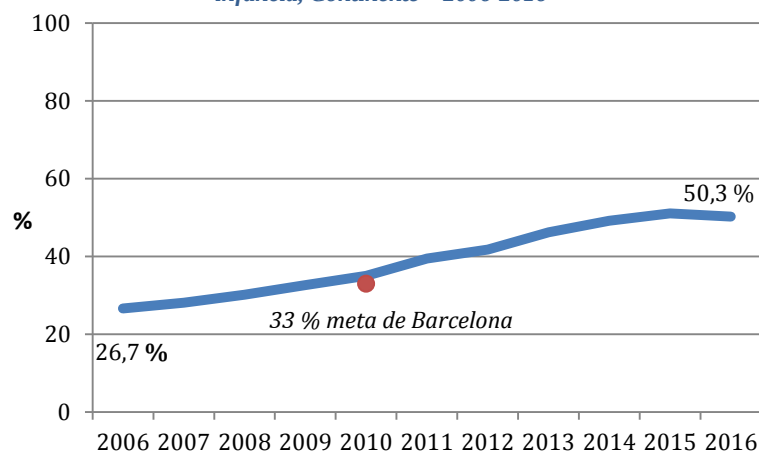
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.1.4. Taxa de cobertura

A cobertura de respostas para a primeira infância (0 aos 3 anos)¹¹ revelou nos últimos 10 anos um crescimento muito significativo (89 %). A taxa de cobertura média, em 2016, foi de 50,3 %, menos 0,8 p.p. por comparação ao ano anterior, refletindo o aumento da população que se assistiu nesta faixa etária.

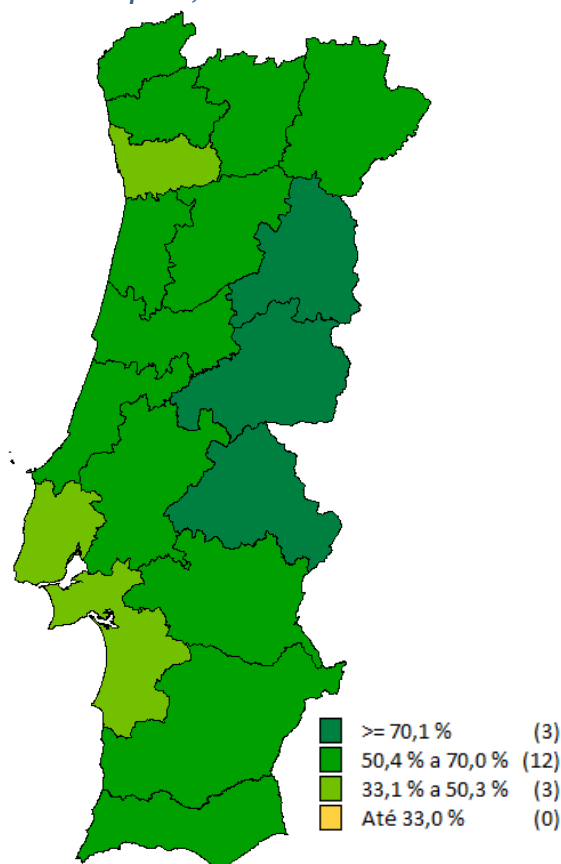
São de assinalar, os esforços no incremento da capacidade das respostas para este grupo, no ano de 2016, com a disponibilização de 1000 novos lugares em Creche.

Figura 31 - Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2006-2016



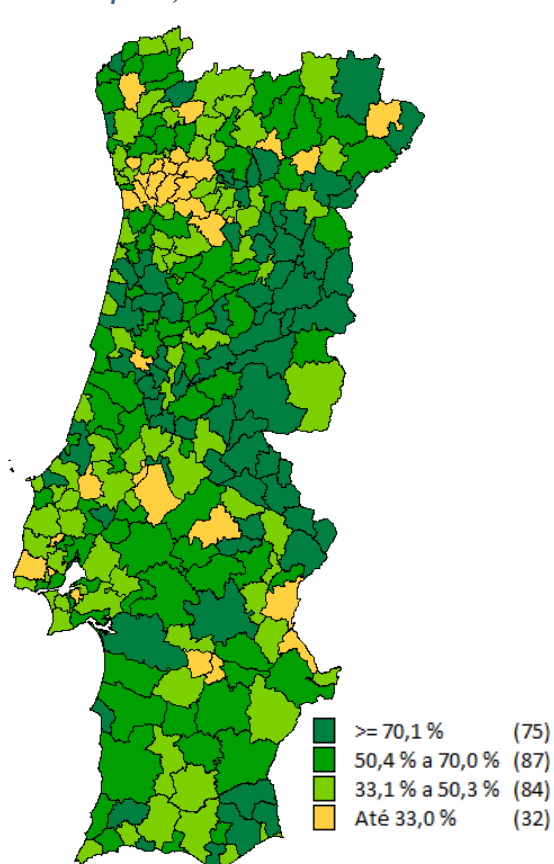
Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2016.
GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 32 - Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito – 2016



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2016.
GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 33 - Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, concelho – 2016



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2016.
GEP-MTSSS, Carta Social.

¹¹ Creche e Ama.

Quanto à distribuição geográfica da cobertura de respostas dirigidas à 1.ª infância, verifica-se que todos os distritos do território continental e 246 concelhos apresentavam, em 2016, uma taxa de cobertura acima de 33 %¹², dos quais 162 registava uma taxa acima da cobertura média do Continente (50,3 %). De referir que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto continuam a apontar para níveis de oferta abaixo das necessidades, sendo que os distritos do Porto, Lisboa e Setúbal se encontram abaixo da cobertura média.

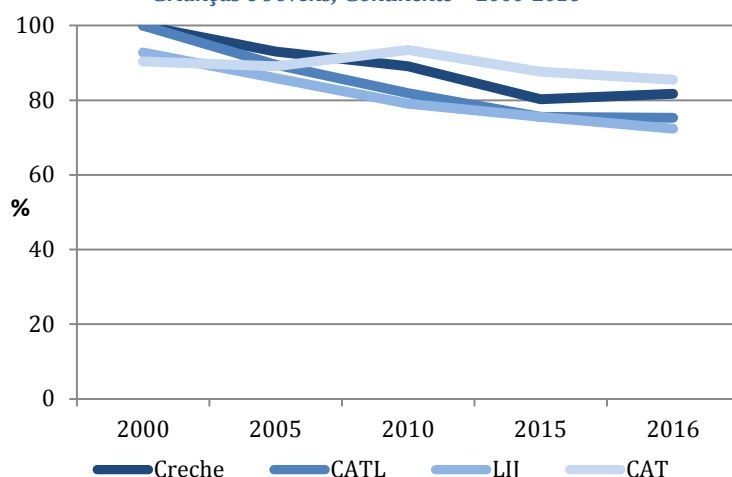
3.1.5. Taxa de utilização

A evolução da taxa de utilização média das respostas para as Crianças e Jovens apresentou uma tendência decrescente entre 2000 e 2015. Contudo, no último ano de análise observou-se uma recuperação da taxa de utilização média, que se fixou em 79 %, em resultado, sobretudo, do crescimento da utilização em Creche.

Se por um lado, em 2016, as respostas CATL e LIJ continuaram a revelar níveis de utilização abaixo de 80 %, por outro, a utilização em Creche atingiu os 82 % (+1,5 p.p. por comparação a 2015), refletindo o aumento da procura desta resposta e, de algum modo, o próprio aumento do número de crianças desta faixa etária.

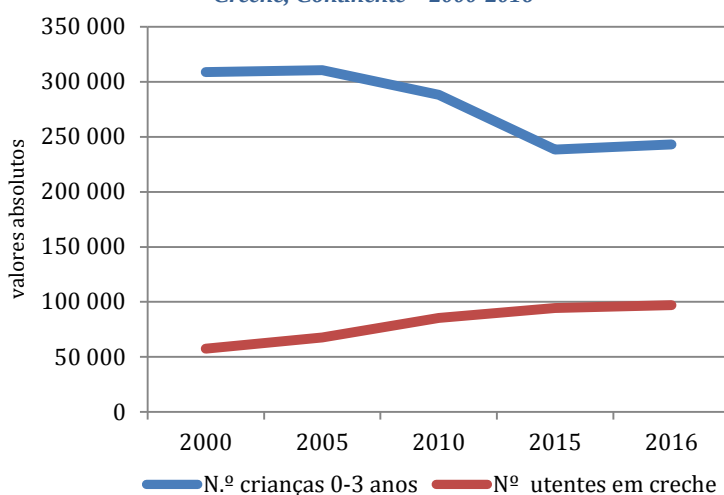
A taxa de cobertura das respostas para a primeira infância¹³ tem evoluído de forma consistente nos últimos dez anos, contrastando com a evolução descendente da taxa de utilização até

Figura 34 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 35 - Evolução do n.º de crianças dos 0-3 anos e do n.º de utentes em Creche, Continente – 2000-2016



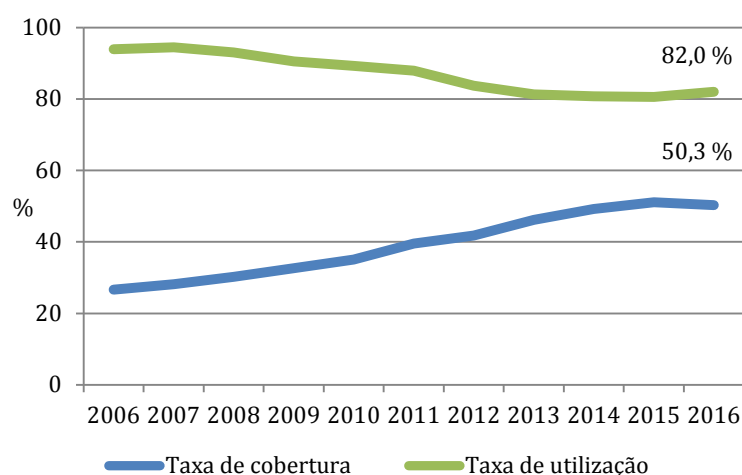
Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2016.
GEP-MTSSS, Carta Social.

¹² Em 2002, foi definida no Conselho Europeu de Barcelona uma meta em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com o objetivo de, até 2010, ser assegurado o acolhimento de 33 % das crianças com menos de 3 anos.

¹³ Creche e Ama.

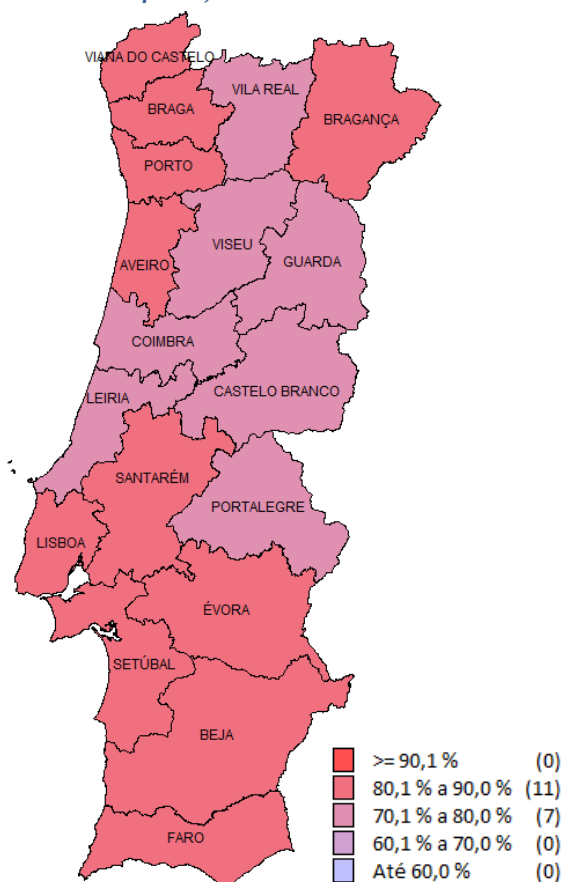
2015 (ano em que foi registado o valor mais baixo da série), situação que não é alheia à quebra acentuada do número de crianças nas últimas décadas (ver figura 36). Em 2016, porém, é observável uma alteração da tendência, que se traduz numa inversão dos níveis de utilização da resposta de Creche.

Figura 36 - Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2006-2016



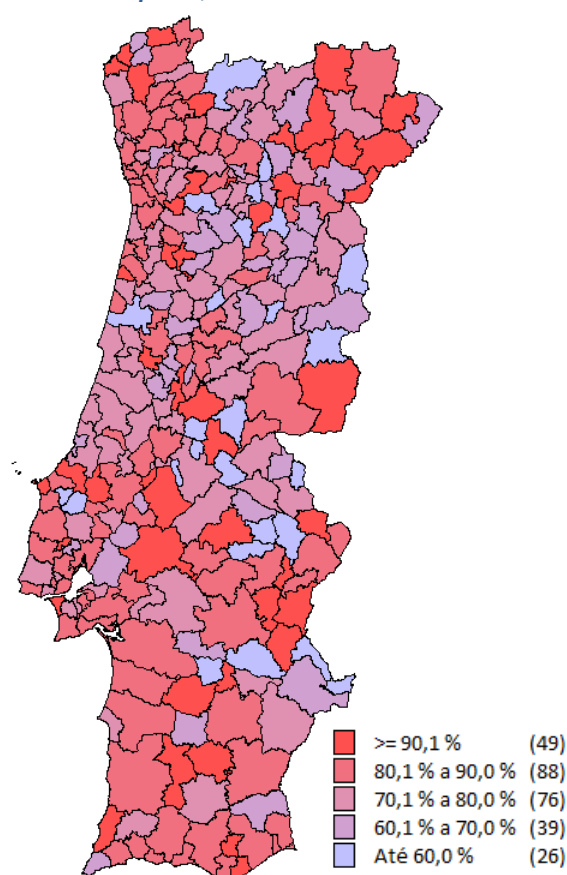
Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2016.
GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 37 - Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 38 - Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, concelho – 2016



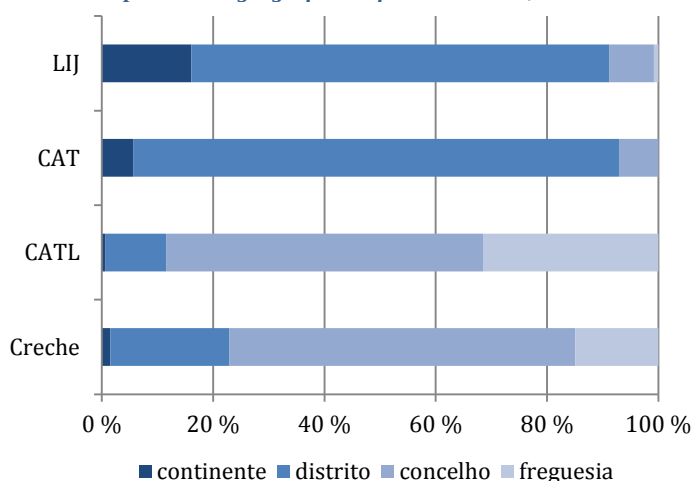
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Pela distribuição geográfica da taxa de utilização são visíveis as assimetrias existentes ao longo do país na ocupação das respostas para a 1.ª infância. É de destacar, que as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto apresentam as taxas de utilização mais elevadas.

3.1.6. Funcionamento

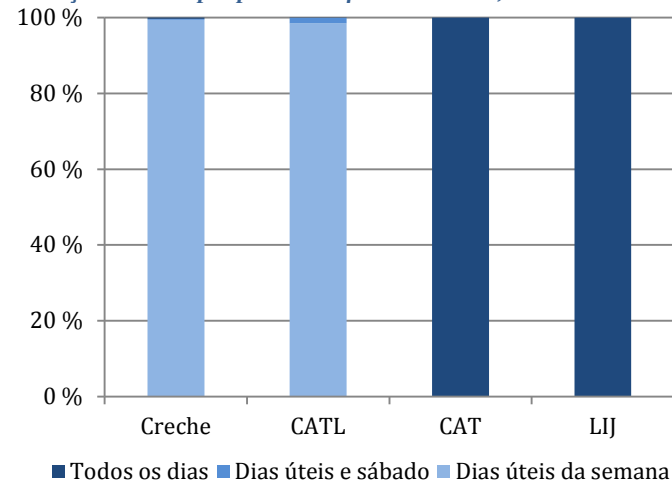
As respostas Creche e CATL, enquanto respostas de proximidade vocacionadas para o apoio à criança e à família durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais e/ou outros familiares, acolhiam durante os dias úteis da semana, em 2016, maioritariamente crianças da própria freguesia ou concelho onde o equipamento está instalado. No caso das respostas LIJ e CAT, que se destinam ao acolhimento de Crianças e Jovens em situação de perigo durante as 24 horas diárias como base na aplicação de uma medida de promoção e proteção, o raio de abrangência é maioritariamente distrital, ou até mesmo continental em algumas situações.

Figura 39 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

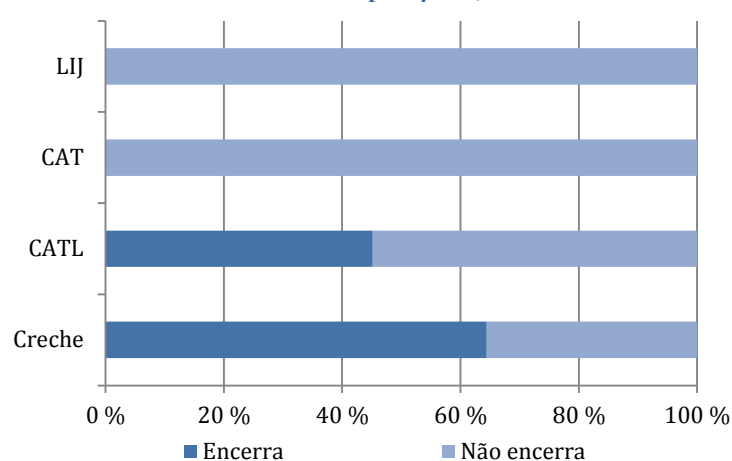
Figura 40 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Em 2016, uma elevada percentagem de Creches (64 %) e CATL (45 %) ainda apresentava período(s) de encerramento para férias, embora se observe, ao longo dos anos, um aumento do número de equipamentos que funcionam sem interrupções ao longo de todo o ano, o que permite às famílias uma melhoria da conciliação dos tempos de trabalho e das responsabilidades familiares.

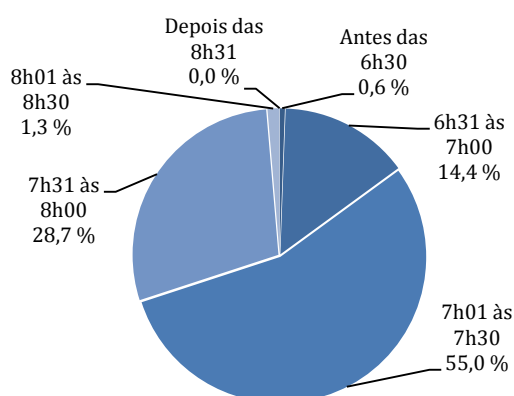
Figura 41 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

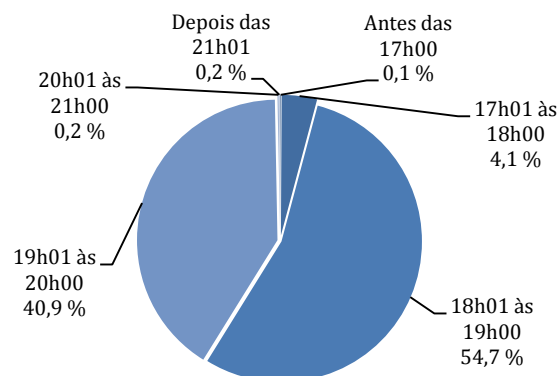
O alargamento dos horários de abertura e encerramento das Creches e CATL tem contribuído, também, para esta melhoria na gestão dos tempos das famílias. Em 2016, a maioria das Creches abria entre as 7h01 e as 8h00 (83,7 %) e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (54,7 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (40,9 %). No que diz respeito aos CATL, resposta que funciona, sobretudo, nos prolongamentos do horário escolar, iniciava, em 2016, atividades maioritariamente entre as 7h01 e as 8h00 (68,2 %) e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (52,1 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (41,6 %).

Figura 42 - Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2016



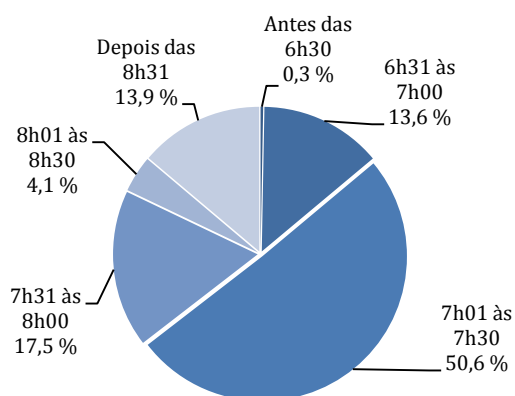
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 43 - Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2016



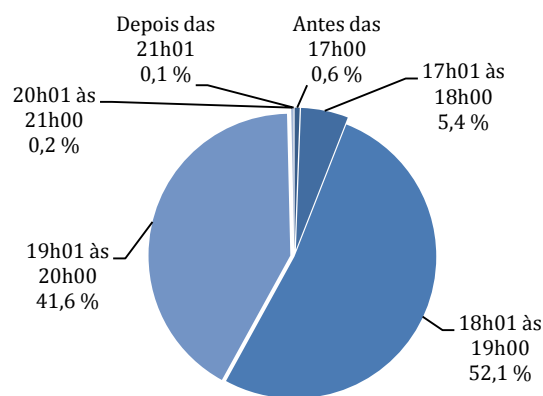
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 44 - Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

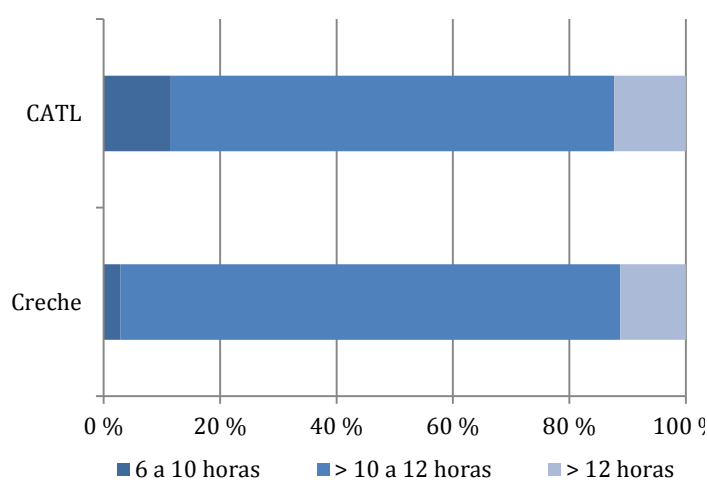
Figura 45 - Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

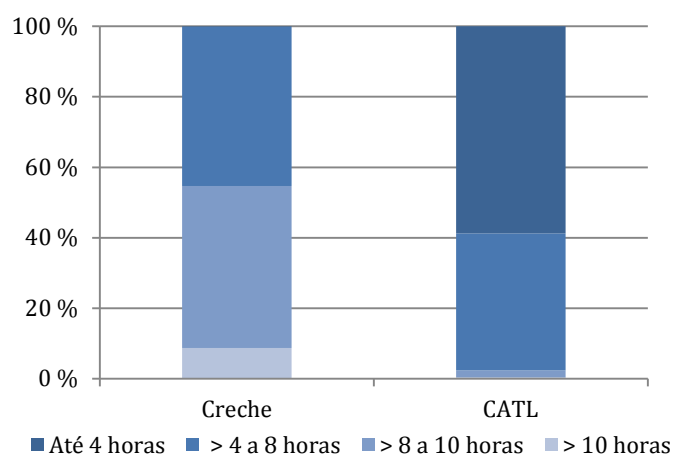
Cerca de 89 % das Creches e 88 % dos CATL, em 2016, mantinha-se em funcionamento até 12 horas por dia. Quanto ao número de horas que as crianças permanecem nas respostas, em 91 % das Creches a frequência média diária situa-se entre 4 e 10 horas, enquanto em 59 % dos CATL a permanência diária não vai além das 4 horas. Recorde-se que a resposta CATL funciona em complementaridade com a escola, pelo que a frequência dos utentes restringe-se aos períodos anteriores ou posteriores às responsabilidades escolares.

Figura 46 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

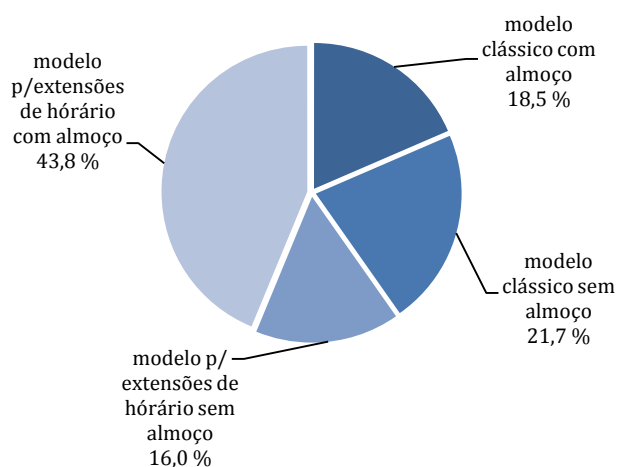
Figura 47- Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de permanência diária das crianças, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Na análise da distribuição percentual das crianças que utilizavam a resposta CATL, em 2016, verifica-se que cerca de 60 % frequentava a modalidade de extensões de horário, modelo que pressupõe um funcionamento articulado com o período escolar e extracurricular das escolas, apoiando a família no início e/ou final do dia e durante as interrupções letivas.

Figura 48- Distribuição percentual dos utentes em CATL por modelo de funcionamento da resposta, Continente – 2016



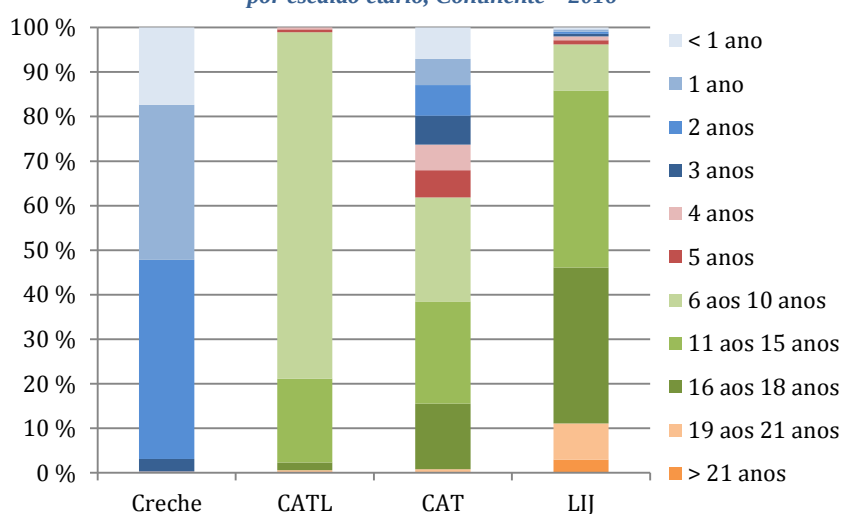
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.1.7. Caraterização dos utentes

A distribuição percentual das Crianças e Jovens por escalão etário nas diferentes respostas sociais revela-nos os diferentes grupos-alvo de cada resposta. Em 2016, 52 % das crianças que frequentavam a resposta Creche não tinham completado 2 anos de idade, contudo o escalão dos dois anos era o mais representativo (45 %) no universo de crianças em Creche. A resposta CATL, destinada a crianças com seis ou mais anos de idade, tinha como público maioritariamente (78 %) crianças entre 6 e 10 anos de idade, sendo que a faixa entre os 11 e 15 anos de idade representava apenas 1/5 do total.

No que diz respeito às respostas CAT e LIJ, atendendo aos objetivos a que se propõem, o universo etário das Crianças e Jovens acolhidas é mais alargado. No caso dos CAT o público-alvo vai dos 0 aos 18 anos, todavia 62 % dos utentes acolhidos, em 2016, tinha até 10 anos de

Figura 49 - Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

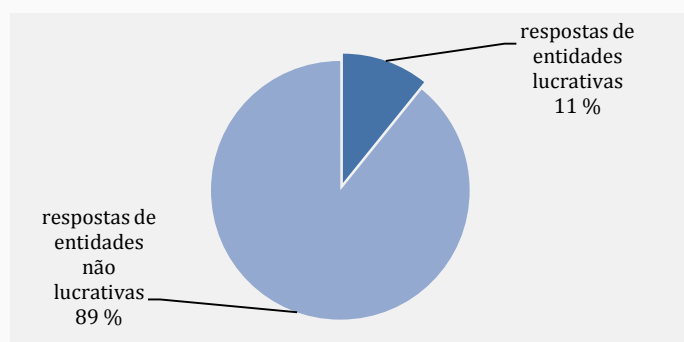
idade. Relativamente ao LIJ, os escalões etários dos 11 aos 15 anos (38 %) e dos 16 aos 18 (35 %) são os mais representativos.

Caraterização da resposta social Educação Pré-Escolar no âmbito da Carta Social

A Educação Pré-Escolar consiste numa resposta social com intervenção integrada da Segurança Social e da Educação, destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família.

Pelo segundo ano consecutivo, a Carta Social recolheu informação relativa à resposta social Educação Pré-Escolar no âmbito do processo de atualização de 2016, pelo que os dados recolhidos poderão não abranger, ainda, o universo, situação que deverá ser tida em conta na análise da informação. Por este motivo, à semelhança do ano anterior, a análise desta resposta é feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis. Em 2016, encontravam-se registadas na Carta Social cerca de 4750 respostas de Educação Pré-Escolar no território continental, 89 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e. da rede pública e da rede solidária. O número total de lugares ascendeu aos 237 500, $\frac{1}{3}$ dos quais distribuídos pela região Norte.

Distribuição percentual das respostas de Educação Pré-Escolar, por natureza jurídica da entidade proprietária – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Distribuição territorial da percentagem de respostas de Educação Pré-Escolar por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2016

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	35,3	23,0	36,8
Centro	28,2	11,7	30,2
Área Metropolitana de Lisboa	24,1	57,6	20,1
Alentejo	8,4	2,1	9,2
Algarve	3,9	5,5	3,7
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Distribuição territorial da percentagem de lugares em Educação Pré-Escolar, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2016

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	34,9	21,4	36,2
Centro	23,4	10,1	24,8
Área Metropolitana de Lisboa	29,8	60,1	26,7
Alentejo	7,5	2,1	8,0
Algarve	4,4	6,3	4,3
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.2 Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência

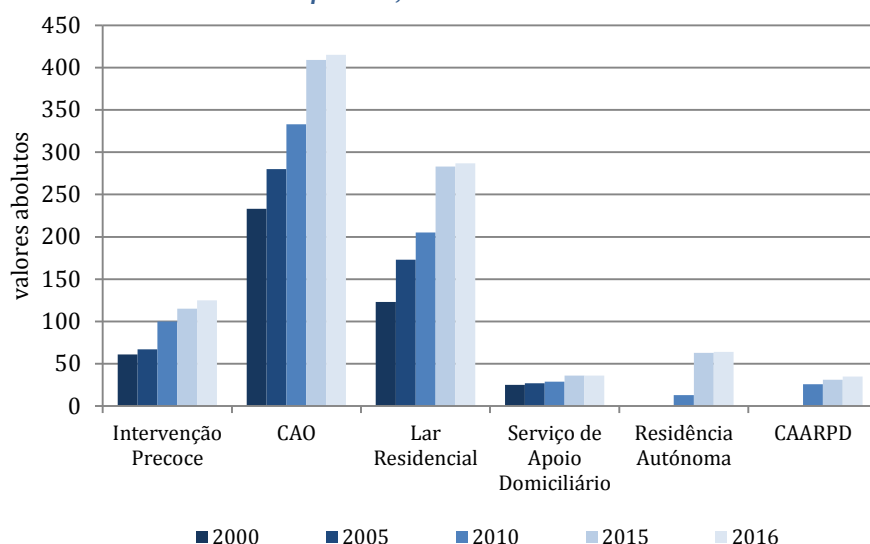
As respostas sociais direcionadas às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade têm por objetivo a promoção da autonomia, a participação e a inclusão social destas pessoas. O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), o Lar Residencial, a Residência Autônoma e o Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência constituem as respostas dirigidas a este grupo-alvo com maior representatividade. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência e Incapacidade são de destacar ainda, o Apoio em Regime Ambulatório, a Intervenção Precoce, o Lar de Apoio e o Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD).

3.2.1. Número de respostas sociais

O número de respostas sociais destinadas a esta população-alvo registou entre 2000 e 2016 um incremento muito positivo (81 %), o que se traduziu num aumento superior a 500 novas respostas.

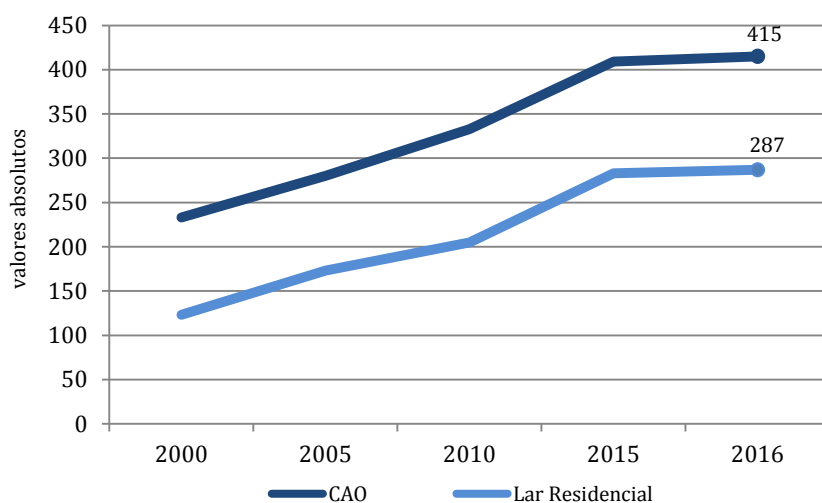
O CAO e o Lar Residencial constituem as respostas com maior representatividade no âmbito deste grupo, embora com finalidades distintas. O CAO por um lado, visa capacitar e incluir, disponibilizando condições que contribuam para uma vida com qualidade através do desempenho de atividades socialmente úteis, e por outro, o Lar Residencial destina-se ao acolhimento de jovens e adultos com

Figura 50 - Evolução do número de respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 51 - Evolução do número de respostas sociais CAO e Lar Residencial, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

deficiência que se encontrem impossibilitados temporária ou definitivamente de residir no meio familiar. Ambas as respostas apresentavam em 2016, por comparação a 2000, um crescimento expressivo (78 % e 133 %, respetivamente), representando mais de 2/3 do total de respostas para este grupo.

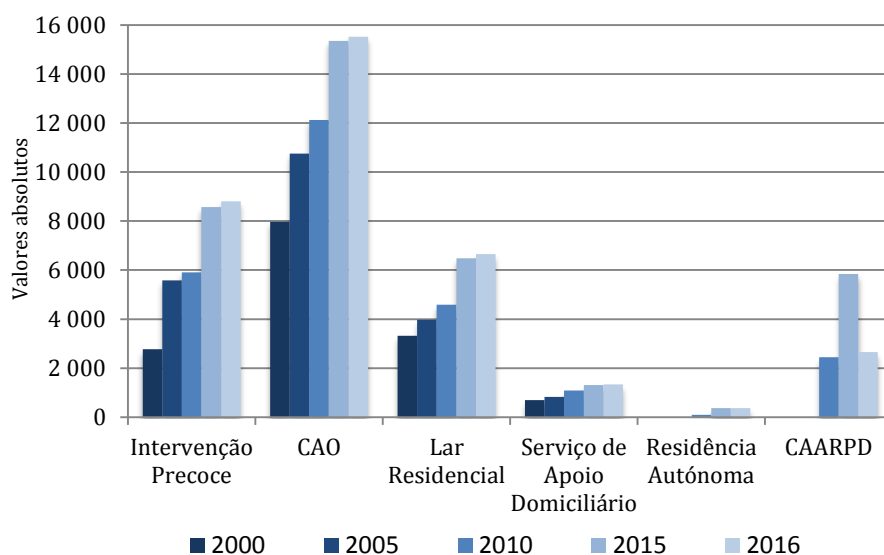
3.2.2. Capacidade

A capacidade (número de lugares) das respostas para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência tem acompanhado o crescimento do número de respostas. Em 2016, a capacidade total para este grupo-alvo ultrapassou os 40 000 mil lugares, refletindo um aumento de 114 % relativamente a 2000.

O CAO e o Lar Residencial constituem as respostas com o aumento mais significativo no período em análise, para além da resposta de Intervenção Precoce. Nos últimos anos, o CAARPD, que visa o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social de Pessoas com Deficiência e Incapacidade, para além de

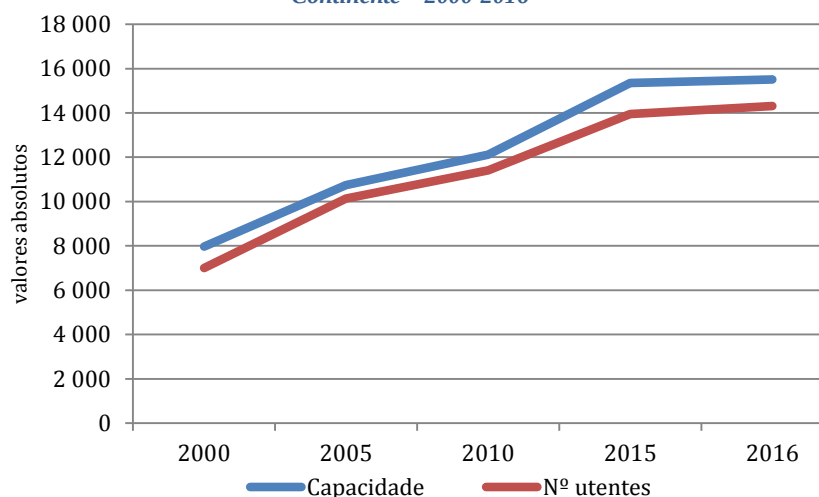
disponibilizar serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais, apresentou um desenvolvimento muito relevante, tendo-se alargado a oferta de respostas para esta população.

Figura 52 - Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

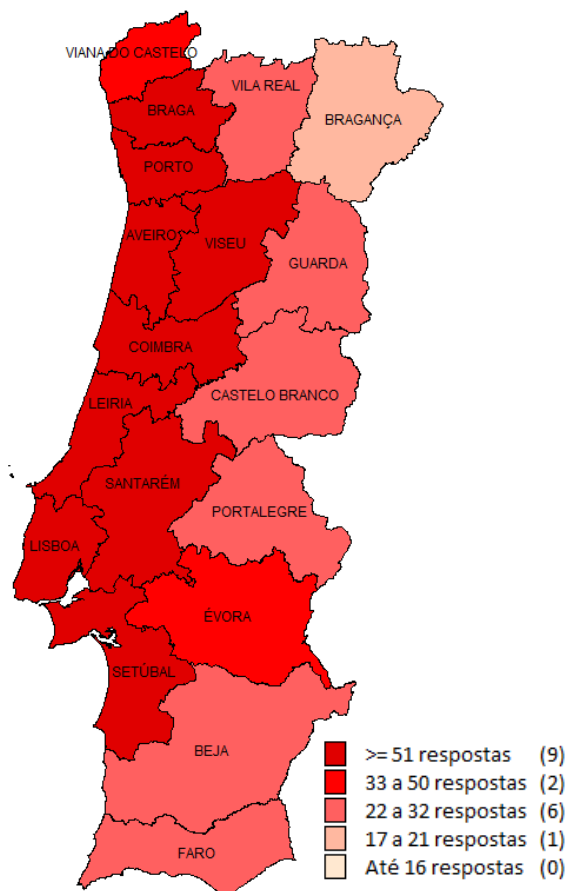
Figura 53 - Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social CAO, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

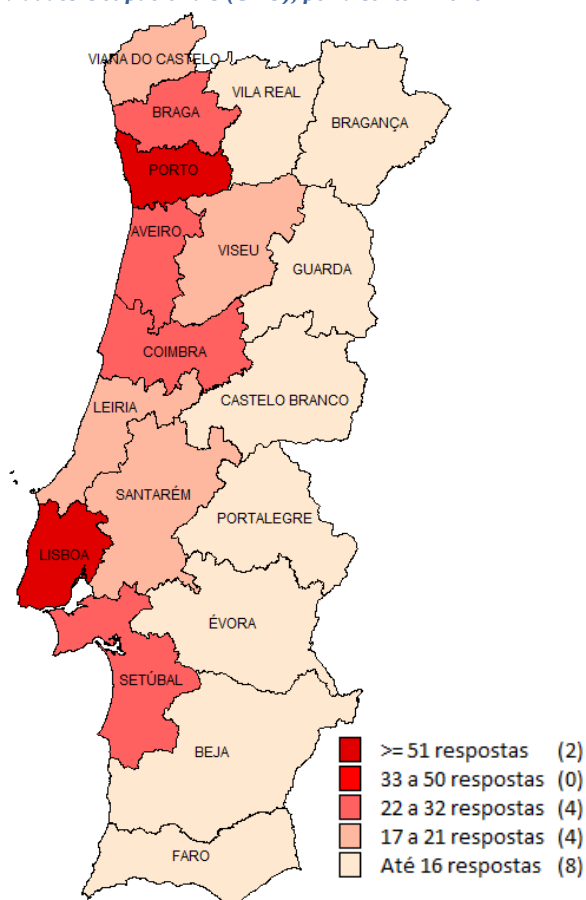
3.2.3. Distribuição territorial

Figura 54 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, por distrito – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 55 - Distribuição territorial da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), por distrito – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

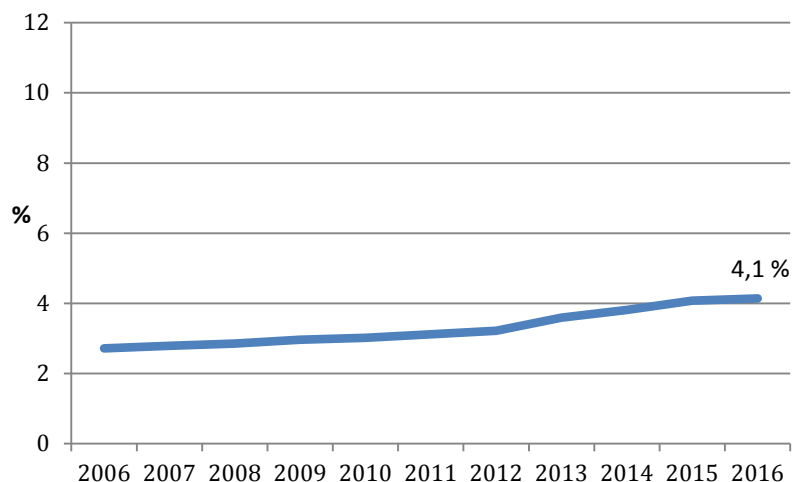
As respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade encontram-se disseminadas por todo o território continental, todavia também aqui é notória uma assimetria entre o litoral e o interior do país. Em 2016, à semelhança dos anos anteriores, os distritos com maior densidade populacional, designadamente Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém, Lisboa e Setúbal, concentravam 76 % da oferta total de respostas para esta população. No que se refere à resposta CAO, os distritos de Lisboa e Porto registaram 1/3 da oferta em 2016.

3.2.4. Taxa de cobertura

A taxa de cobertura das principais respostas dirigidas à População com Deficiência ou Incapacidade¹⁴ tem revelado um crescimento positivo ao longo dos últimos dez anos, fixando-se em 2016 em 4,1 %, traduzindo um aumento de 53 % por comparação a 2006.

No que diz respeito à distribuição territorial da cobertura, é de salientar que os distritos em torno das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, para além da região algarvia, integravam os distritos com menores níveis de cobertura para esta população-alvo, apresentando uma taxa de cobertura abaixo da média.

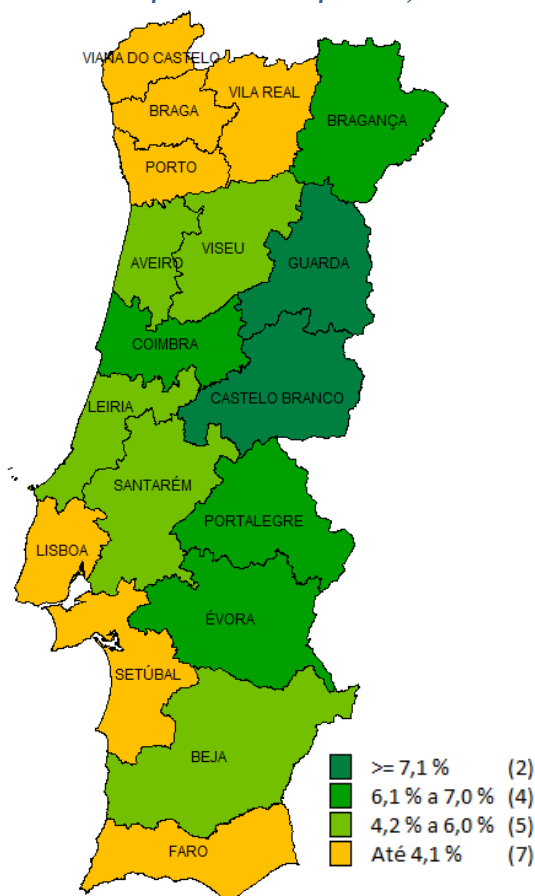
Figura 56 - Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2006-2016¹



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2016.
GEP-MTSSS, Carta Social.

¹ Revisão de série, com efeitos a partir de 2006, em função da revisão da população de referência.

Figura 57 - Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2016



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2016.
GEP-MTSSS, Carta Social.

¹⁴ Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

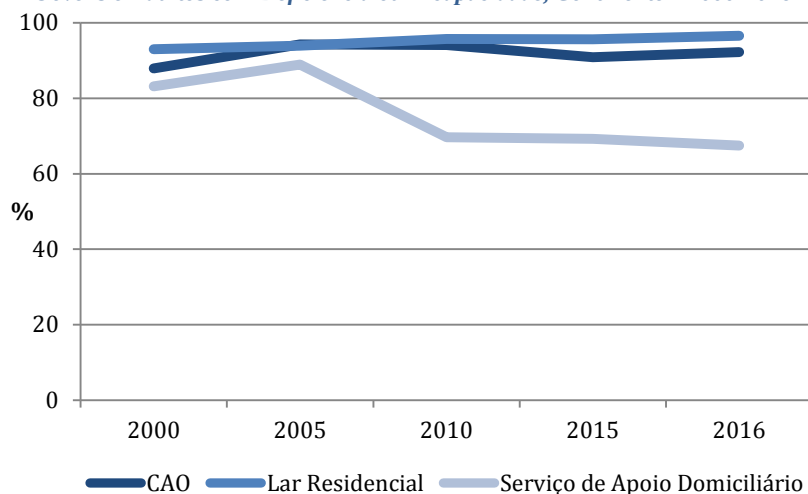
3.2.5. Taxa de utilização

A utilização das respostas sociais dirigidas à população das Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade tem-se mantido em níveis bastante elevados entre os anos 2000 e 2016. Em 2016, a taxa de utilização média das principais respostas¹⁵ fixou-se em 92 %.

À semelhança dos anos anteriores, o Lar Residencial (97 %) e o CAO (92 %) constituíam, em 2016, as respostas com maiores taxas de utilização.

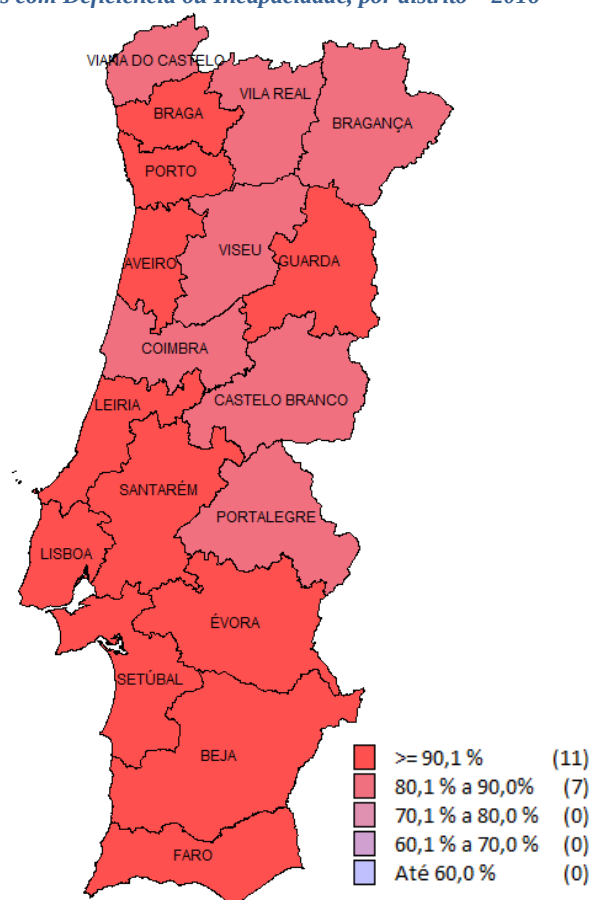
Em termos de distribuição territorial, são notórios os elevados níveis de utilização destas respostas por todo o território. Contudo verifica-se entre os distritos do litoral, uma maior procura e uma utilização mais elevada, enquanto nos distritos do interior, embora disponham de maior oferta apresentam uma utilização mais moderada.

Figura 58 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 59 - Taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2016

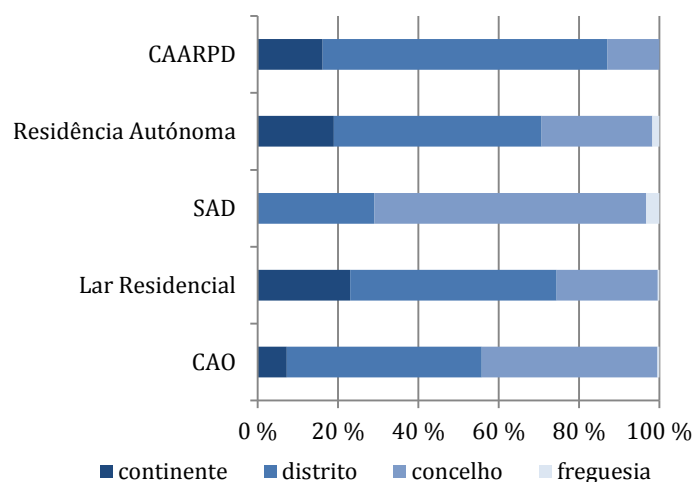


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

¹⁵ Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

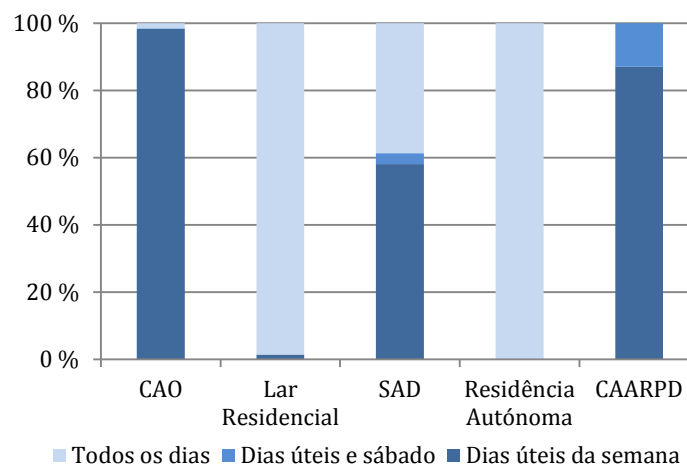
3.2.6. Funcionamento

Figura 60 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

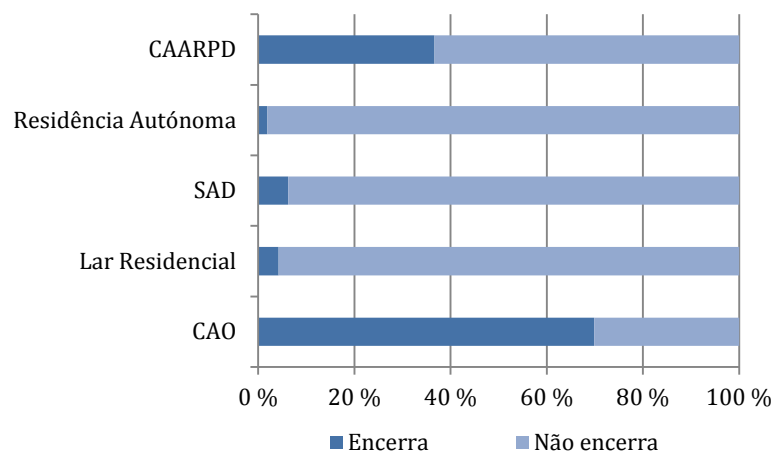
Figura 61 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Em 2016, as respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo tinham, à exceção do SAD, uma abrangência maioritariamente supraconcelhia. Se por um lado, as respostas CAO, SAD e CAARPD funcionam, essencialmente, de segunda a sexta-feira, por outro lado as respostas Lar Residencial e Residência Autónoma, que se destinam ao alojamento de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade que não podem residir no meio familiar, estão em funcionamento sete dias por semana, para além de não encerrarem para férias.

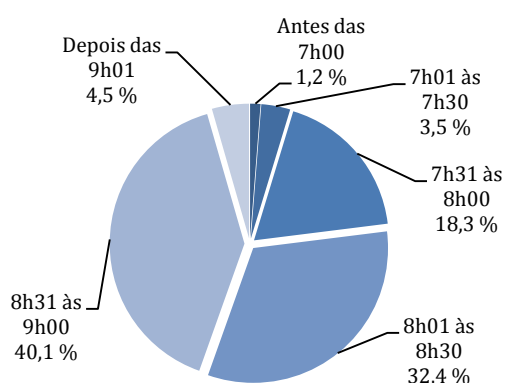
Figura 62 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

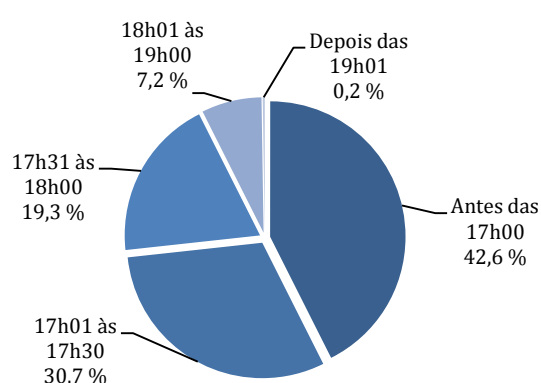
No que diz respeito aos horários de abertura e encerramento do CAO, em 2016, verifica-se que o período entre as 8h01 e as 9h00 da manhã era o mais frequente (72,5 %) para abertura desta resposta, sendo que apenas 23 % das respostas CAO entrava em funcionamento antes das 8h00 da manhã. Quanto ao encerramento, é de destacar que 73,3 % das respostas só funcionava até às 17h30, o que poderá, muito provavelmente, gerar constrangimentos ao nível da gestão familiar e da conciliação com a atividade profissional. A reduzida oferta de horários alargados nesta resposta, contrasta com uma maior flexibilidade horária que se tem observado nos últimos anos na resposta Creche, no âmbito do apoio à primeira infância.

Figura 63 - Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

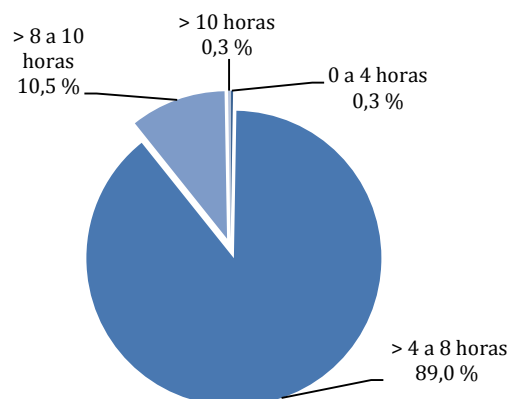
Figura 64 - Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

A análise do tempo médio de frequência dos Jovens e Adultos com Deficiência nesta resposta (CAO) permite concluir que, em 2016, em 89 % dos equipamentos a frequência média diária varia entre as quatro e oito horas. Em 10,8 % dos equipamentos a permanência dos utentes ultrapassa as 8 horas diárias.

Figura 65 - Distribuição percentual dos CAO por tempo médio de permanência diária dos utentes, Continente – 2016



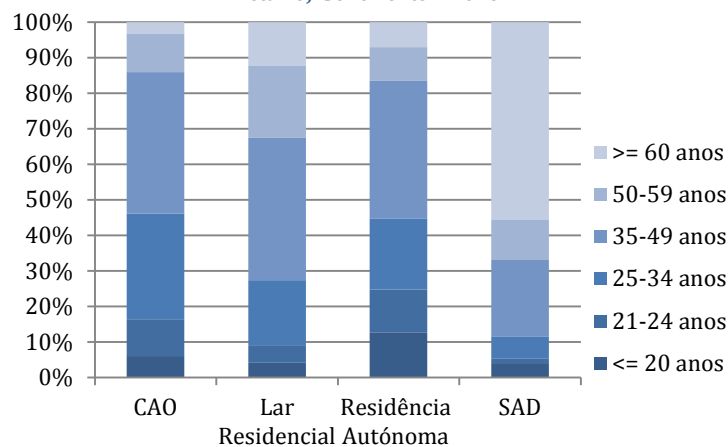
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.2.7. Caracterização dos utentes

A distribuição percentual dos utentes das respostas dirigidas à População com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário coloca em evidência as diferenças na população-alvo de cada resposta social. Enquanto nas respostas CAO e Residência Autónoma quase cerca de 50 % dos utentes (46 % e 45 %, respetivamente) tinham menos de 35 anos de idade, nas respostas Lar Residencial e SAD, o peso relativo dos utentes com mais de 35 anos (73 % e 89 %, respetivamente) era maioritário.

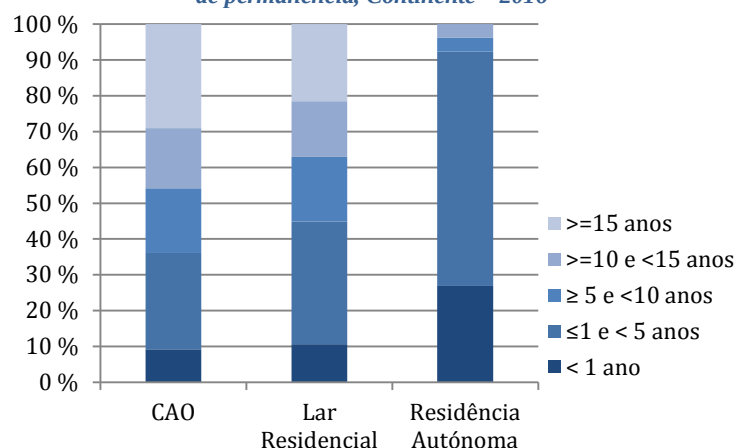
Ao analisar-se o tempo de permanência dos utentes nas respostas dirigidas a Pessoas com Deficiência, desde que ingressaram nas respetivas respostas, verifica-se, em 2016, que as permanências de curta duração (inferiores a 5 anos) são mais frequentes na resposta Residência Autónoma, enquanto em CAO e Lar Residencial mais de 50 % dos utentes frequentam a resposta há mais de 5 anos.

Figura 66 - Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2016



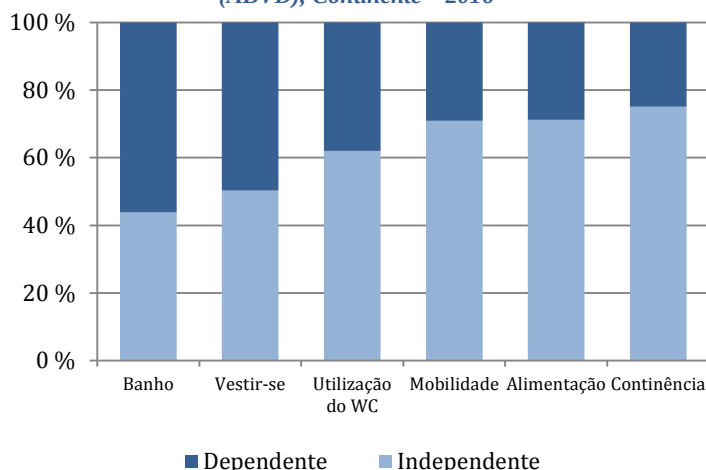
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 67 - Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2016



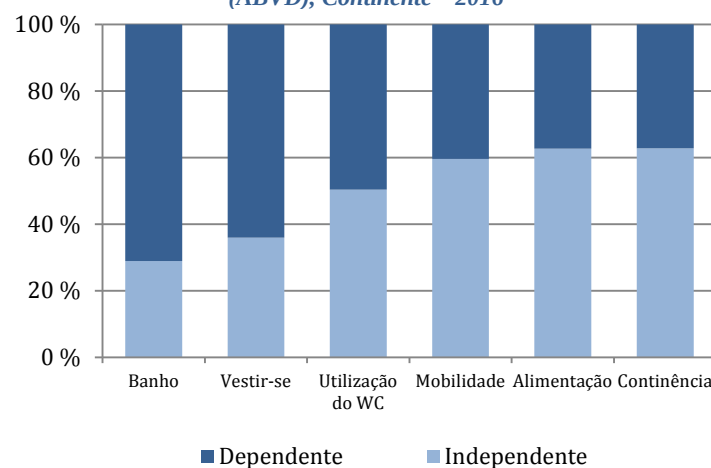
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 68 - Distribuição percentual dos utentes em CAO por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

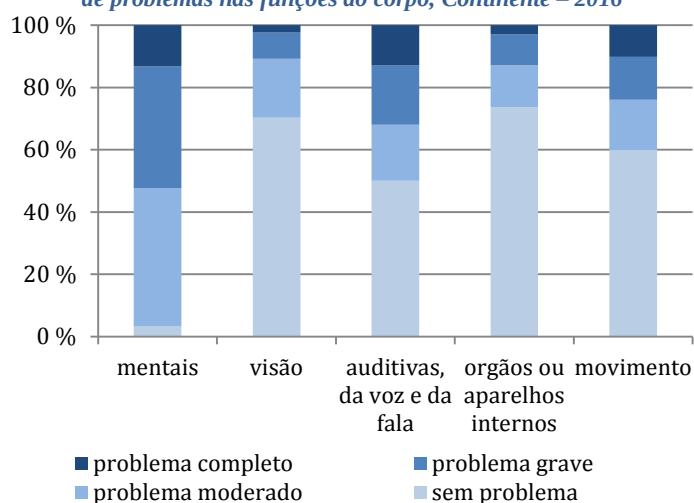
Figura 69 - Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

A maioria dos utentes que frequentam respostas dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade apresenta algum tipo de dependência. Em 2016, procurou-se aferir a capacidade de realização de atividades básicas da vida diária (ABVD)¹⁶ dos utentes que frequentam respostas sociais destinadas a este grupo-alvo. Deste modo, foi possível verificar que mais de 50 % dos utentes de CAO são independentes no desenvolvimento da maioria (5 atividades no total das 6) das atividades avaliadas. No caso dos utentes da resposta Lar Residencial, embora os níveis de dependência sejam superiores, mais de 50 % dos utentes desempenhava de forma autónoma 4 das 6 atividades indicadas.

Figura 70 - Distribuição percentual dos utentes em CAO por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2016

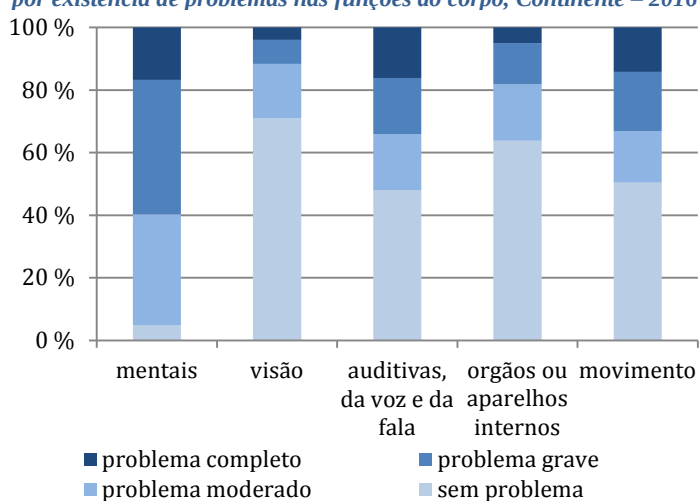


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Os problemas nas funções mentais são os mais frequentes nos utentes que frequentam as respostas dirigidas a este grupo-alvo, associando-se, por vezes, a problemas nas funções auditivas, da voz e da fala, e do movimento, designadamente em situações de paralisia cerebral, trissomias e perturbações do desenvolvimento, entre outras.

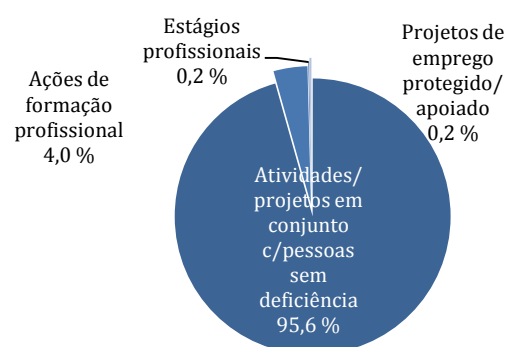
Cerca de 45 % dos utentes que frequentavam a resposta CAO em 2016 participou em atividades/projetos de inclusão na sociedade. Do conjunto de utentes envolvidos em atividades, 95,6 % participou em ações com Pessoas sem Deficiência.

Figura 71 - Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 72 - Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

¹⁶ As Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) consideradas (Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência), que envolvem atividades relacionadas com o autocuidado, procuram aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades de forma autónoma.

3.3 Pessoas Idosas¹⁷

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário para idosos (SAD) consistem nas respostas sociais com maior representatividade no âmbito da RSES dirigidas às Pessoas Idosas. Para além da satisfação das atividades básicas da vida diária (ABVD) e as atividades instrumentais da vida diária (AIVD)¹⁸ dos utentes, as respostas destinadas a esta população-alvo visam a promoção, a inclusão e a participação na comunidade, independentemente do maior ou menor grau de autonomia/dependência do idoso e este se encontrar a residir na sua habitação ou numa instituição. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas Idosas são de destacar, ainda, o Centro de Convívio, o Centro de Noite e o Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas¹⁹.

3.3.1. Número de respostas sociais

A evolução do número das principais respostas que visam o apoio à população idosa tem apresentado um crescimento muito positivo (59 %) entre 2000 e 2016. As respostas SAD (73 %) e ERPI (68 %) constituem as respostas com maior progressão, no âmbito deste grupo-alvo, contabilizando-se, no último ano em análise, 2727 e 2445 respostas respetivamente, refletindo um aumento, por comparação a 2000, de 2133 respostas no total.

A resposta Centro de Dia, embora registe um desenvolvimento mais moderado, apresentou em 2016 um incremento de 36 % relativamente a 2000.

Figura 73 - Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2016

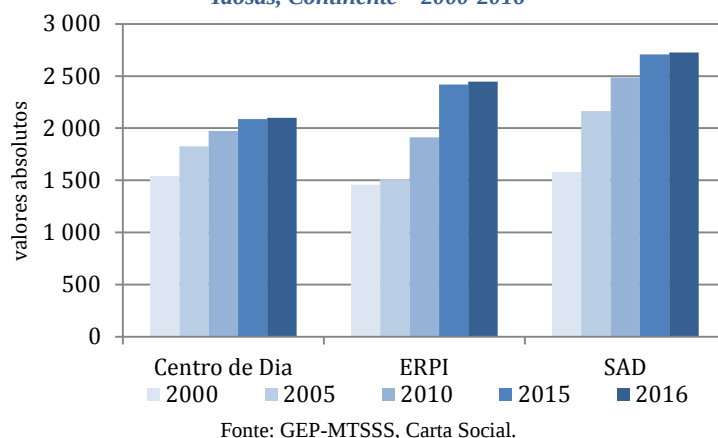
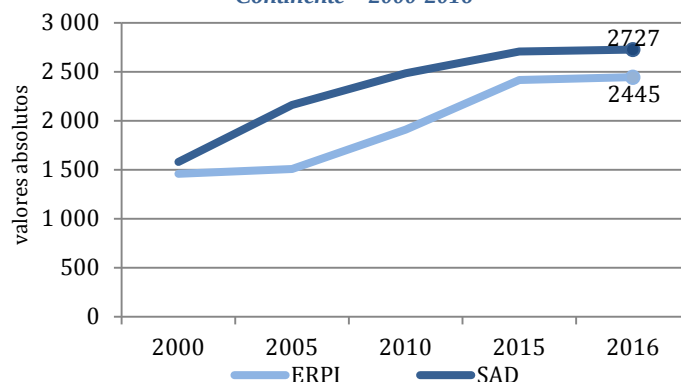


Figura 74 - Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 2000-2016



¹⁷ A análise do grupo-alvo Pessoas Idosas integra as respostas para Pessoas em Situação de Dependência.

¹⁸ As Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) incluem o banho, vestir-se, a utilização do WC, mobilidade, alimentação e continência, enquanto as atividades instrumentais da vida diária (AIVD) incluem ir às compras, gerir o dinheiro, utilizar o telefone, limpar, cozinhar e utilizar transportes.

¹⁹ A resposta Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas será analisada em conjunto com as restantes respostas de Acolhimento Familiar no subcapítulo 3.4.

3.3.2. Capacidade

O número de lugares nas principais respostas dirigidas a Pessoas Idosas tem acompanhado o aumento das respostas. Em 2016, por comparação a 2000, verificou-se um crescimento de 73 % da capacidade instalada, o que se traduz na entrada em funcionamento de cerca de 114 500 novos lugares, desde 2000.

A disseminação de lugares em SAD, observável desde 2000, coloca em evidência o impulso que os serviços de apoio às Pessoas Idosas registaram nos últimos anos, designadamente os que privilegiam a manutenção dos idosos no seu meio habitual de vida. Em 2016, contabilizaram-se 109 950 lugares em SAD, a que acrescem 94 976 lugares em ERPI. De referir, ainda, que deste conjunto, cerca de 130 000 constituem lugares com-participados pelo Estado, via acordos de cooperação.²⁰

Figura 75 - Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2016

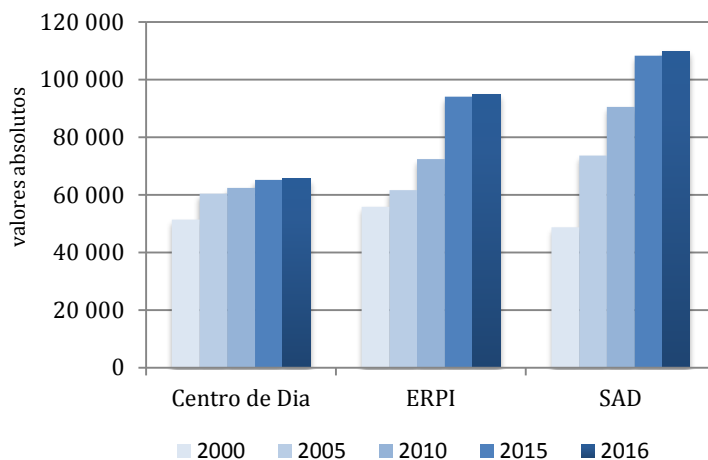
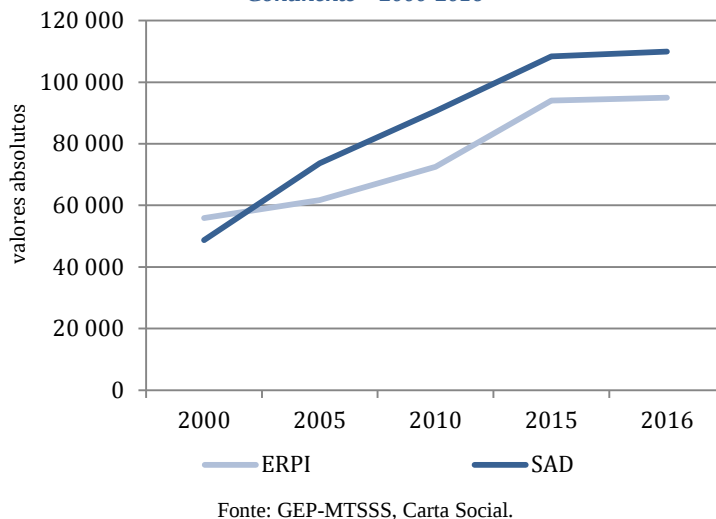


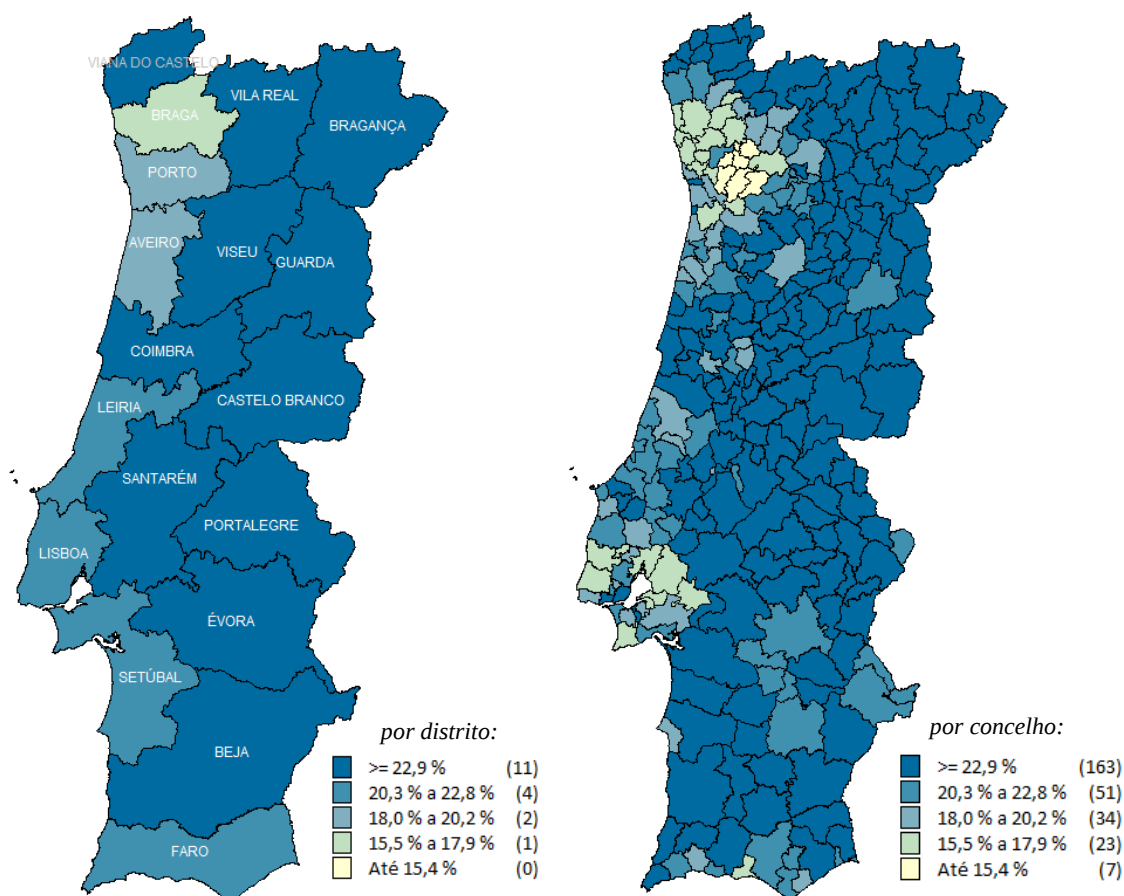
Figura 76 - Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social SAD, Continente – 2000-2016



²⁰ O Protocolo de Cooperação estabelecido bienalmente entre os Ministérios da Educação (ME), do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS) e as entidades que compõem a rede solidária, representados pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e a União das Mutualidades Portuguesas (UM) define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

3.3.3. Distribuição territorial

Figura 77 - Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho – 2016



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2015.

O peso da população com 65 ou mais anos tem vindo a aumentar de forma progressiva no universo da população residente no território continental.²¹ Em 2016, a nível distrital, apenas cinco distritos (Braga, Porto, Aveiro, Setúbal e Faro), localizados no litoral do território continental, registavam uma percentagem de população com 65 ou mais anos inferior à média do Continente (21,4 %). Os territórios do interior do país apresentavam, pelo contrário, na sua grande generalidade, uma proporção de população idosa mais elevada. A nível concelhio, é de evidenciar que os concelhos em torno da AML e AMP são os menos envelhecidos.

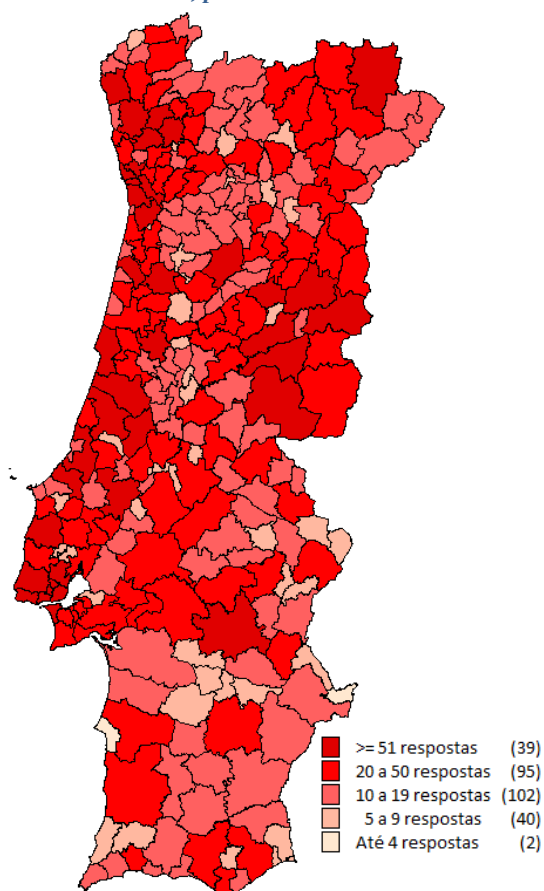
²¹ INE, Estimativas da População Residente.

O mapa de distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas evidencia uma elevada disseminação destas respostas no Continente. Em 2016, todos os concelhos do território continental estavam cobertos por respostas para a população idosa, sendo que em 85 % dos concelhos a oferta era igual ou superior a 10 respostas, 48 % dos quais superior a 20 respostas. De referir, que apenas dois concelhos apresentavam menos de cinco respostas.

Quanto à oferta da resposta de SAD, especificamente, é de evidenciar que 63 % dos concelhos dispõe de mais de cinco respostas e em apenas oito concelhos existe um único serviço de apoio.

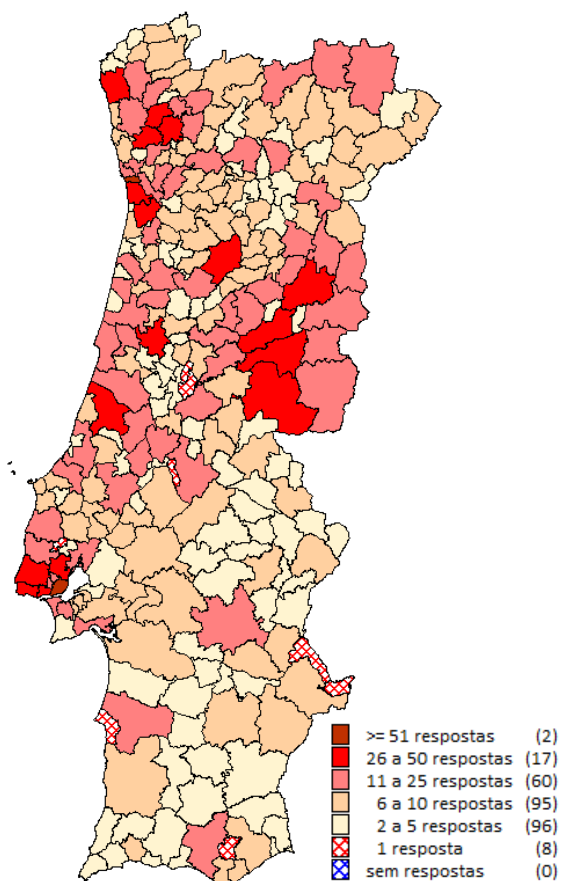
Na análise ao tipo de entidade que desenvolve a resposta, verifica-se que a oferta de respostas por parte de entidades da rede solidária é maioritária em quase todos os distritos, contudo enquanto ao nível da resposta ERPI, oito distritos, em 2016, já registavam uma oferta por parte de entidades lucrativas acima de 20 %, no que diz respeito à resposta SAD apenas os distritos do Porto e Lisboa apresentavam uma oferta significativa (acima de 20 %) de respostas da rede lucrativa.

Figura 78 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2016



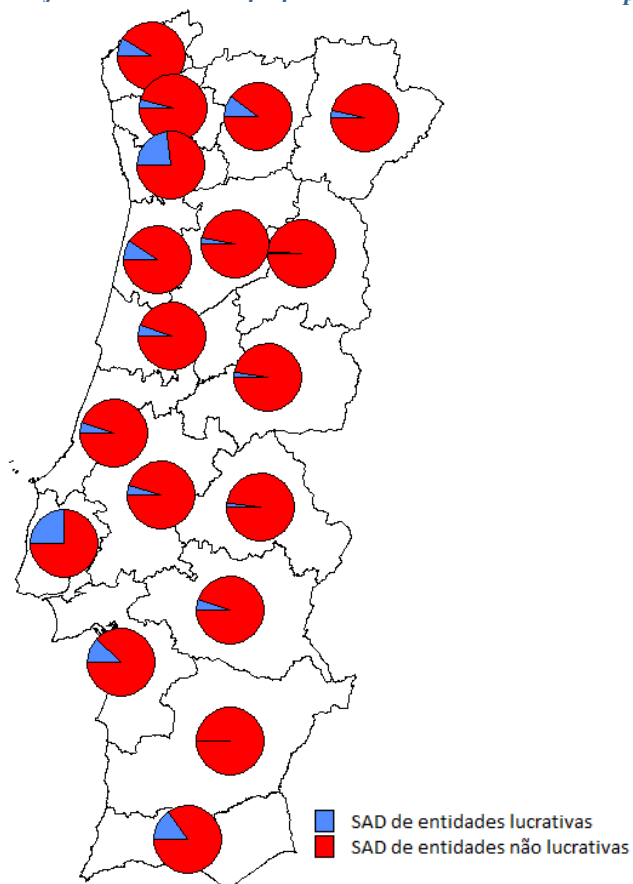
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 79 - Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2016



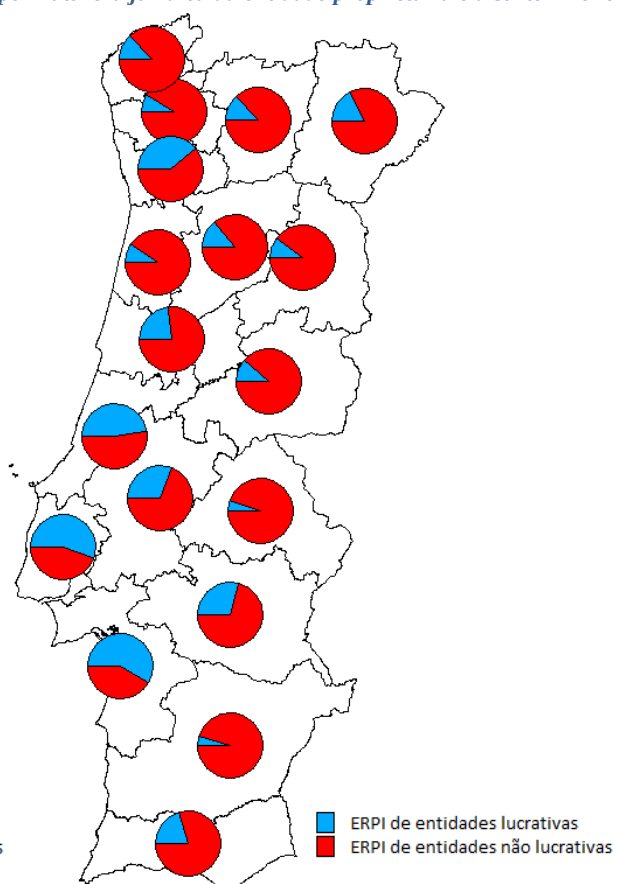
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 80 - Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 81 - Distribuição percentual da resposta social ERPI, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.3.4. Taxa de cobertura

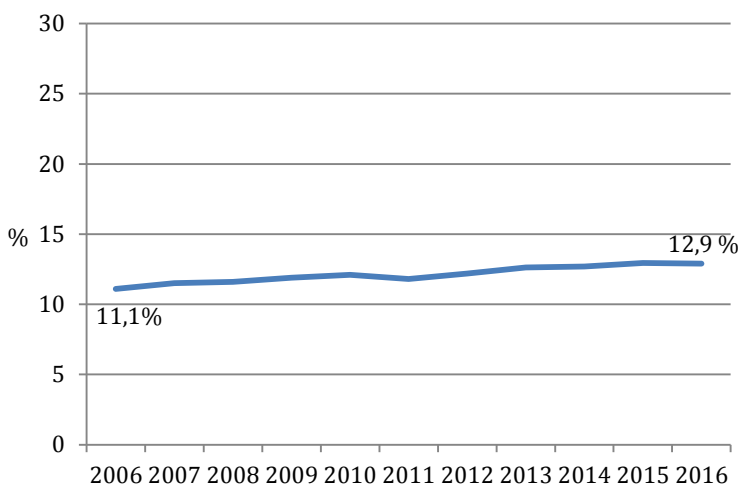
A taxa de cobertura das respostas sociais de apoio às Pessoas Idosas tem registado um desenvolvimento positivo desde 2006, porém a um ritmo lento. A taxa de cobertura média em 2016 das principais respostas²² dirigidas a este grupo-alvo fixou-se em 12,9 %, valor que não sofreu oscilações relativamente a 2015.

Apesar de se registar um aumento significativo da oferta na última década, conforme analisado anteriormente, o envelhecimento acelerado da população com 65 ou mais anos tem limitado o crescimento da taxa de cobertura destas respostas.

Quanto à distribuição territorial das respostas sociais, em 2016 registavam-se maiores níveis de cobertura nos concelhos do interior do país. Contrariamente, os concelhos próximos do litoral, designadamente aqueles em torno das AML e AMP, bem como da região algarvia, apresentavam os maiores défices de cobertura no âmbito do apoio aos mais idosos.

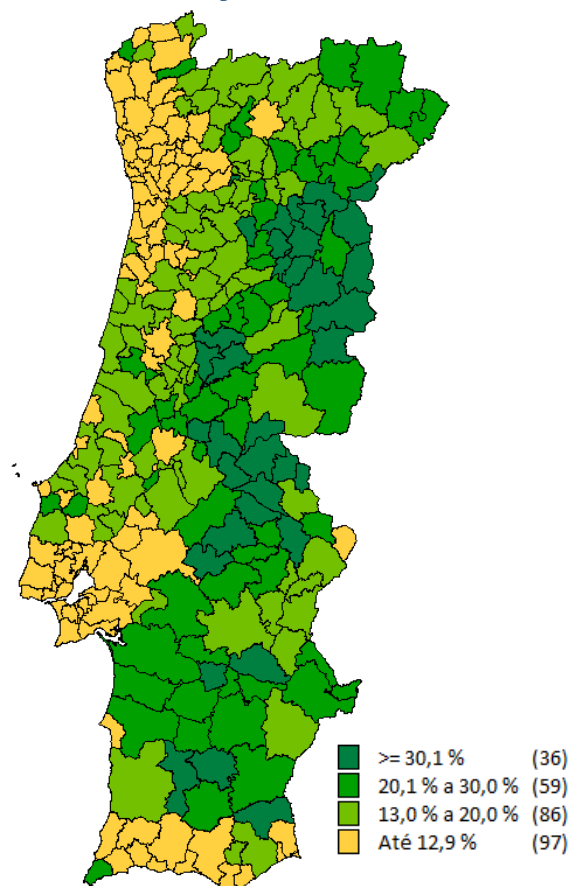
Em 2016, é de evidenciar que dos 278 concelhos do território continental, 65 % registou uma taxa de cobertura superior à média (12,9 %).

Figura 82 - Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2006-2016



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2016.
GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 83 - Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2016



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2016.
GEP-MTSSS, Carta Social.

²² Centro Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

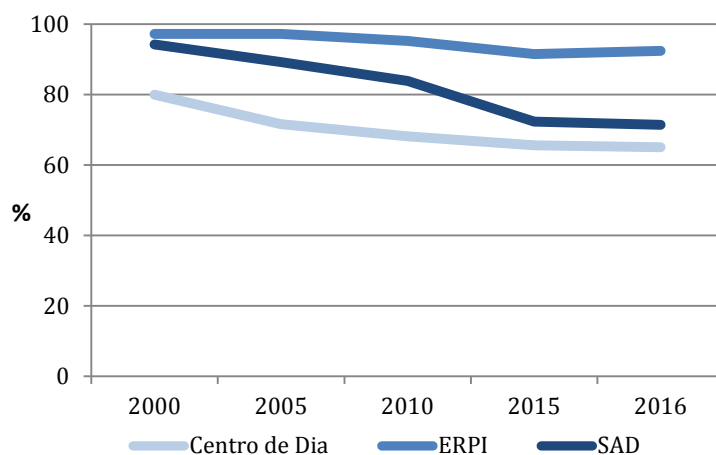
3.3.5. Taxa de utilização

A evolução da taxa de utilização das respostas dirigidas às Pessoas Idosas tem registado algumas oscilações nos últimos anos, sendo que a utilização média das principais respostas situava-se em 76,3 % em 2016. À exceção da resposta ERPI que em 2016 observava níveis de ocupação acima de 90 %, as restantes respostas têm registado quebras na ocupação, apresentando taxas abaixo de 80 %. As dificuldades financeiras sentidas, nos últimos anos, pelas famílias poderão constituir um fator explicativo desta quebra. Para além disso, o aumento das necessidades dos utentes associadas ao envelhecimento da população poderá, também, estar a transferir a procura dos utentes para respostas que implicam a sua institucionalização, designadamente para ERPI ou, eventualmente, para unidades da Rede Nacional para os Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

No caso concreto da resposta SAD, o facto do crescimento da oferta não ser acompanhado, ao mesmo ritmo, pela procura, poderá ajudar a perceber melhor o decréscimo da taxa de utilização.

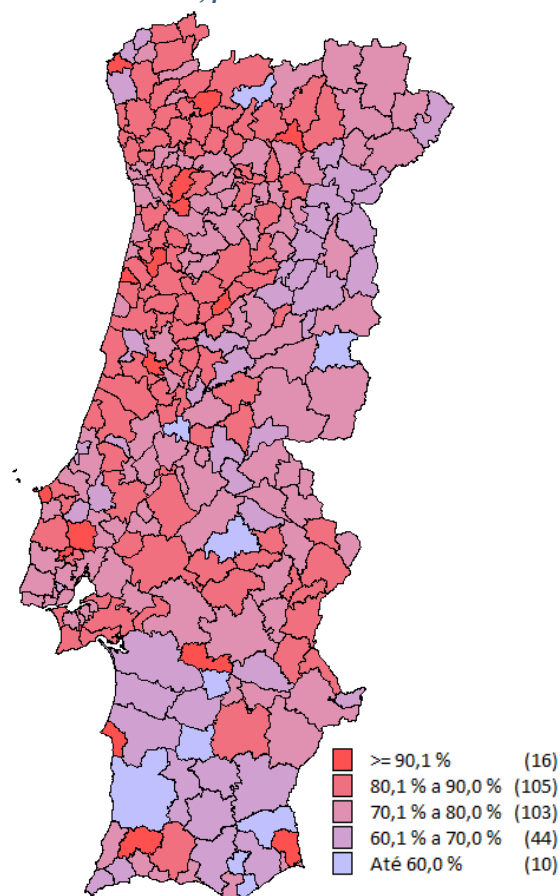
Em termos da distribuição territorial observam-se maiores níveis de ocupação na região Norte, todavia não é possível definir um padrão de utilização.

Figura 84 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

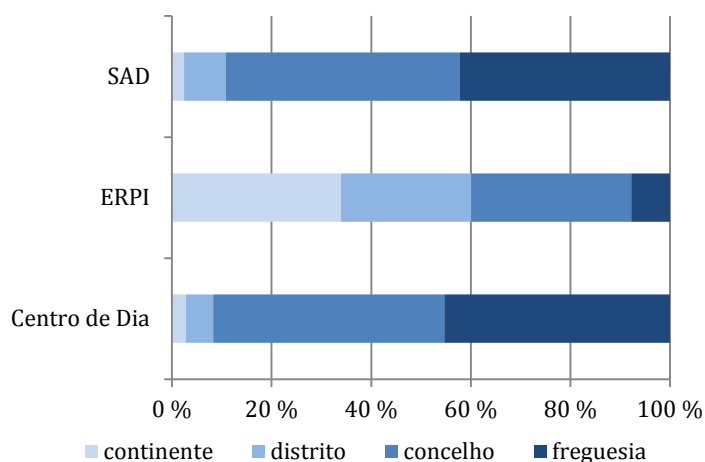
Figura 85 - Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

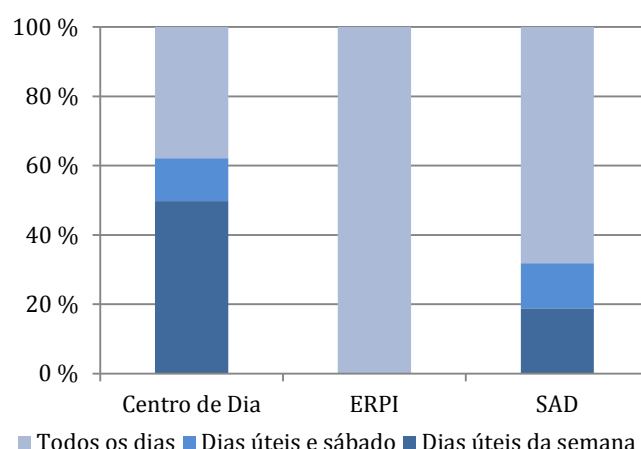
3.3.6. Funcionamento

Figura 86 - Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 87 - Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2016

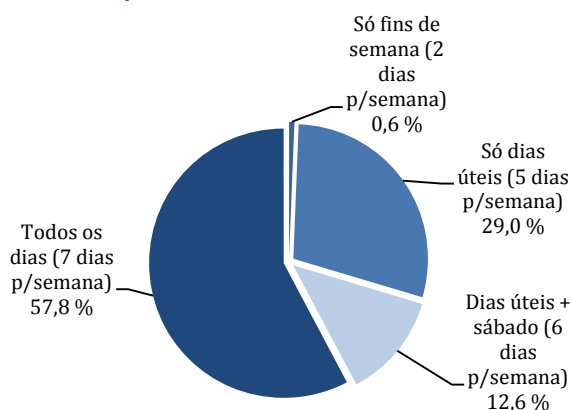


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Quanto ao funcionamento, as respostas dirigidas à população idosa, à exceção da resposta ERPI, acolhiam, em 2016, maioritariamente utentes da própria freguesia ou concelho de implantação do equipamento. A resposta ERPI, por outro lado, registava um raio de abrangência mais alargado, sendo que 60 % dos utentes não eram originários do concelho de implantação do equipamento. À semelhança de anos anteriores, a proximidade da família, ou até mesmo a urgência na entrada na resposta, poderão constituir algumas das explicações para esta situação.

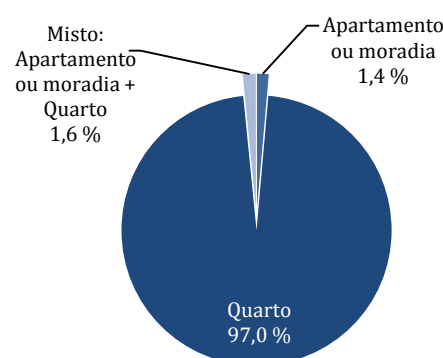
No que diz respeito ao período de funcionamento, uma percentagem significativa (50 %) dos Centros de Dia estão abertos, apenas, durante os dias úteis, os SAD têm vindo prolongar o período em que prestam serviços, sendo que 68 % funciona durante todos os dias da semana. De referir, ainda, que esta modalidade de funcionamento coexiste, geralmente, com outras modalidades (só dias úteis, dias úteis + sábado ou só fins de

Figura 88 - Distribuição percentual da resposta SAD por modelo de funcionamento, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 89 - Distribuição percentual da resposta ERPI por modalidade de alojamento, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

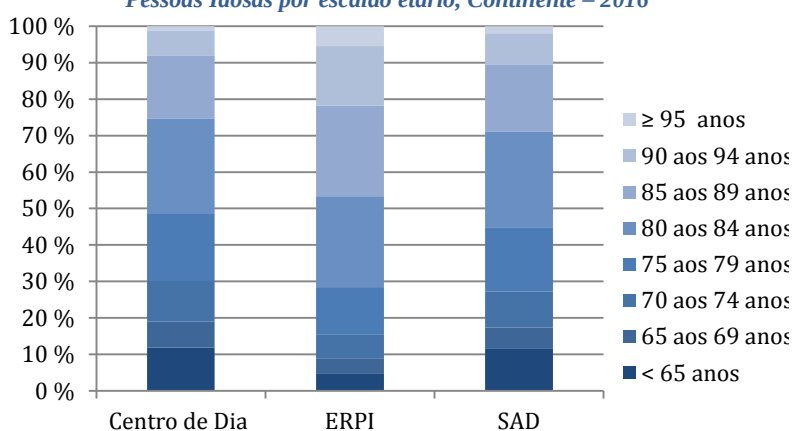
semana), tendo em conta que as necessidades e o nível de utilização dos serviços varia de utente para utente. A resposta ERPI, atendendo ao objetivo a que se destina funciona inequivocamente durante todos os dias da semana. Em relação à modalidade de alojamento, é de referir que a esmagadora maioria (97 %) da oferta existente, em 2016, consistia em alojamento em quarto. O alojamento em apartamento ou moradia e os equipamentos que preveem as duas modalidades de alojamento (em quarto e apartamento ou moradia) tinham uma representação que ainda não vai além dos 3 %.

3.3.7. Caraterização dos utentes

A distribuição percentual dos utentes das respostas dirigidas à população idosa por escalão etário coloca em evidência as diferenças na população-alvo de cada resposta social. Em 2016, cerca de 50 % do universo dos utentes que frequentava a resposta social Centro de Dia era constituído por utentes com idade inferior a 80 anos, contrastando com o público-alvo da resposta ERPI que era constituído maioritariamente (72 %) por idosos com 80 ou mais anos. No caso da resposta SAD, a composição etária dos utentes é mais heterogénia, verificando-se uma maior concentração de utentes entre os 75 e os 89 anos de idade (62 %).

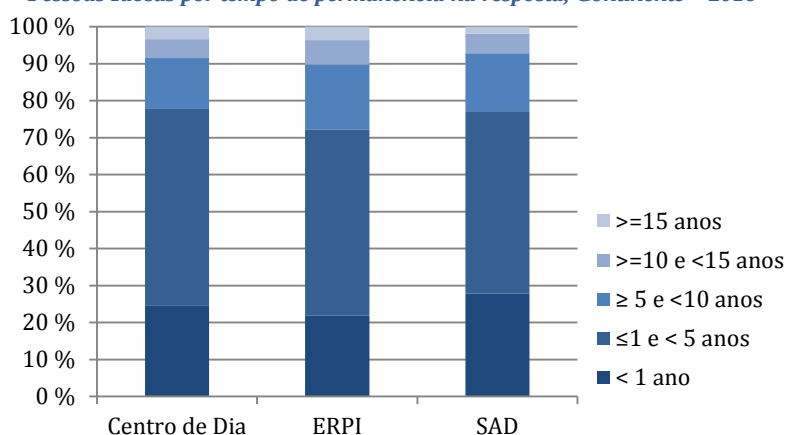
Mais de 70 % dos utentes das respostas sociais para Pessoas Idosas, em 2016, apresentou uma permanência na resposta até 5 anos. No caso das respostas Centro de Dia e SAD, o facto de consistirem, com alguma frequência, em respostas de transição poderá explicar esta situação, para além de se assistir a uma entrada nas respostas em idades já avançadas. Relativamente aos utentes de

Figura 90 - Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 91 - Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2016



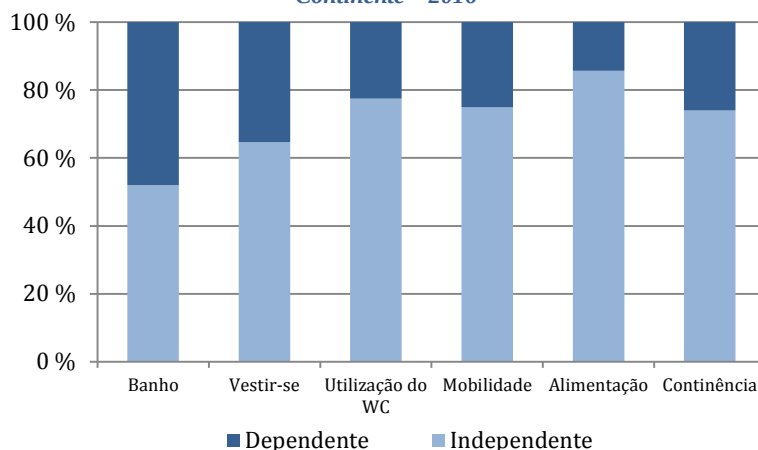
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

ERPI é de assinalar que cerca de 10 % registaram, em 2016, uma estadia igual ou superior a 10 anos.

Para além da idade, o nível de incapacidade apresentado pelos utentes influencia, em grande medida, o grau de dependência nas diferentes respostas dirigidas à população idosa. Em 2016, procurou-se aferir a capacidade de realização de atividades básicas da vida diária (ABVD)²³ dos utentes que frequentam respostas sociais destinadas a este grupo-alvo, verificando-se que a maioria dos utentes em Centro de Dia era

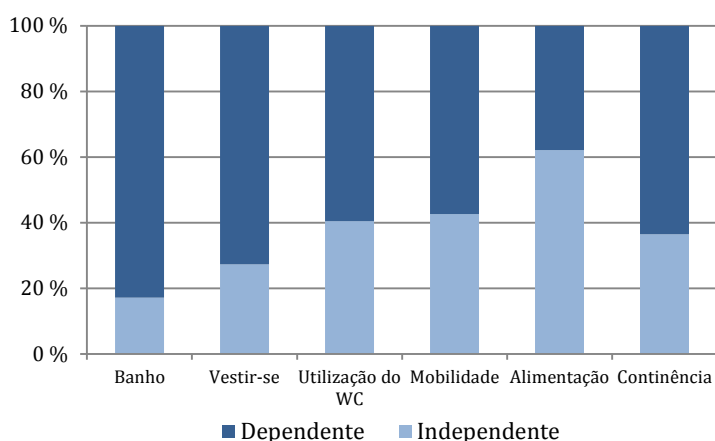
independente na generalidade das atividades avaliadas, situação que também se observava em relação ao utentes de SAD, embora o peso dos utentes com dependência nas atividades avaliadas seja superior. Na resposta ERPI, por outro lado, era maioritário o peso relativo dos utentes que se apresentava em situação de dependência na generalidade das ABVD.

Figura 92 - Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2016



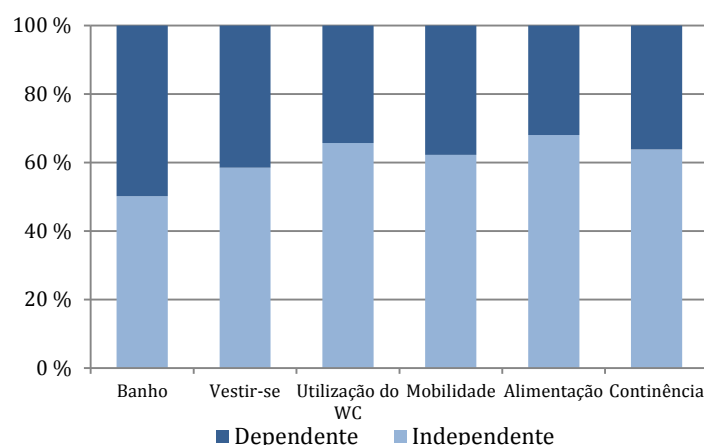
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 93 - Distribuição percentual dos utentes em ERPI por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

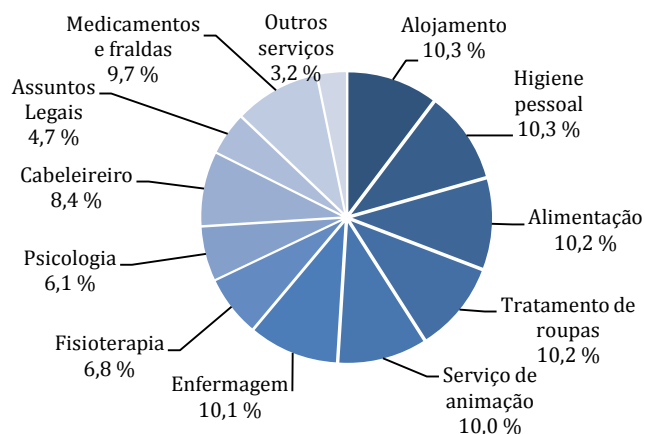
Figura 94 - Distribuição percentual dos utentes em ERPI por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

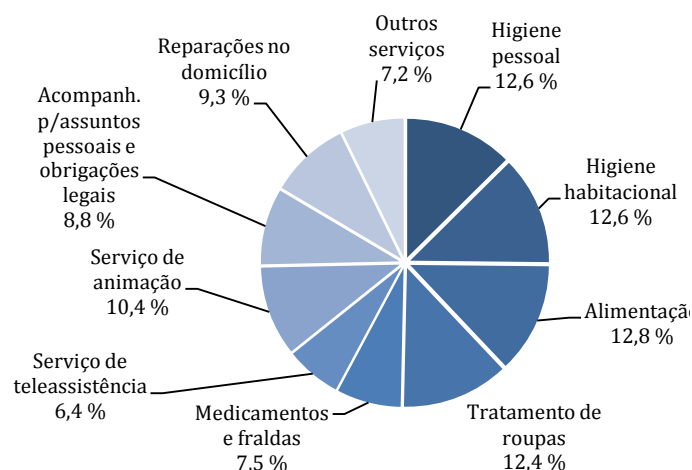
²³ As Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) consideradas (Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência), que envolvem atividades relacionadas com o autocuidado, procuram aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades de forma autónoma.

Figura 95 - Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 96 - Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

A oferta de serviços de apoio dirigidos a Pessoas Idosas tem conhecido um crescimento de assinalar, particularmente no âmbito das respostas ERPI e SAD, o que traduz a procura por outro tipo de serviços não considerados básicos à partida. Enquanto em algumas ERPI têm ganho expressão os serviços de fisioterapia, psicologia e de cabeleireiro, nos SAD, para além dos serviços de base, também já são disponibilizados em algumas respostas serviços de animação, acompanhamento dos utentes para resolução de assuntos pessoais e obrigações legais, reparações no domicílio e teleassistência.

3.4 Família e Comunidade

As respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade têm como objetivo o apoio a pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade, exclusão ou de marginalização social, quer através do apoio e acompanhamento social, quer através da minimização de situações de carência, podendo compreender um conjunto de ações integradas com vista à inserção social. O Centro de Alojamento Temporário (CAT), a Comunidade de Inserção e a Casa Abrigo constituem algumas das respostas dirigidas a este grupo-alvo, de que ainda fazem parte o Refeitório/Cantina Social²⁴ e o Atendimento/Acompanhamento Social, entre outras respostas.

²⁴ No que diz respeito à resposta Refeitório/Cantina Social, devido ao facto da informação obtida das instituições não ser precisa quanto à natureza da resposta, ou seja, se se trata nos últimos anos de cantinas instituídas no âmbito da RSES e/ou de cantinas no quadro do PES, optou-se por não se apresentar essa informação.

3.4.1. Número de respostas sociais

As respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade apresentaram, entre 2000 e 2016, um desenvolvimento positivo, refletindo um esforço contínuo no apoio aos grupos mais vulneráveis.

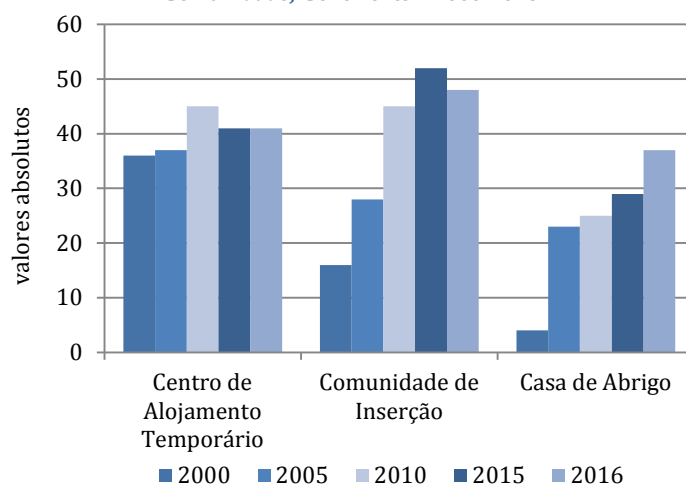
É de referir, que as respostas que visam o apoio a estes grupos são desenvolvidas, sobretudo, por entidades não lucrativas com participação pública.

Numa análise por tipologia de resposta, verificou-se, em 2016, um crescimento muito significativo das respostas Comunidade de Inserção e das Casas de Abrigo, traduzindo um aumento total de 3,3 % nas novas respostas por referência a 2015.

3.4.2. Capacidade

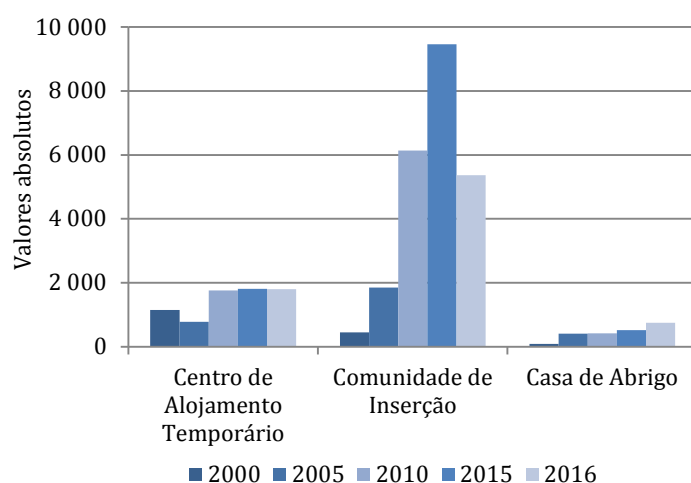
A capacidade da Comunidade de Inserção apresenta alguma oscilação entre 2015 e 2016. Por seu lado, a capacidade da Casa de Abrigo mantém a tendência de subida, verificando-se em 2016, um aumento dos lugares disponíveis de 45,0 %, face a 2015. O Centro de Alojamento Temporário manteve-se no nível de 2015, não registando grandes alterações.

Figura 97 - Evolução das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 98 - Evolução da capacidade nas respostas para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2016



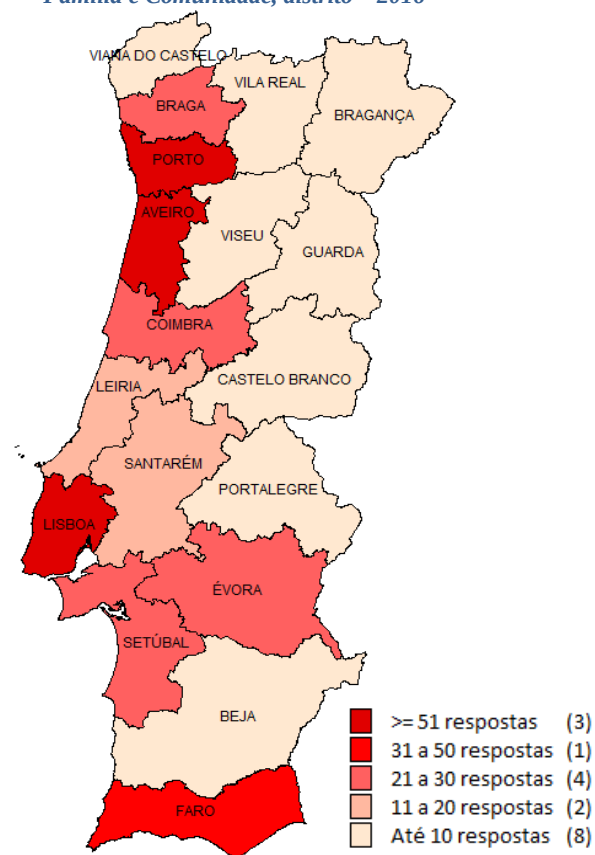
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.4.3. Distribuição territorial

As respostas dirigidas à Família e Comunidade manifestam alguma assimetria em termos da sua distribuição no território continental, sendo que os distritos localizados ao longo da faixa litoral apresentam um volume de respostas consideravelmente superior.

Os distritos do Porto, Aveiro e Lisboa continuam a ser os territórios com maior implantação destas valências, agregando 58 % do total.

Figura 99 - Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2016

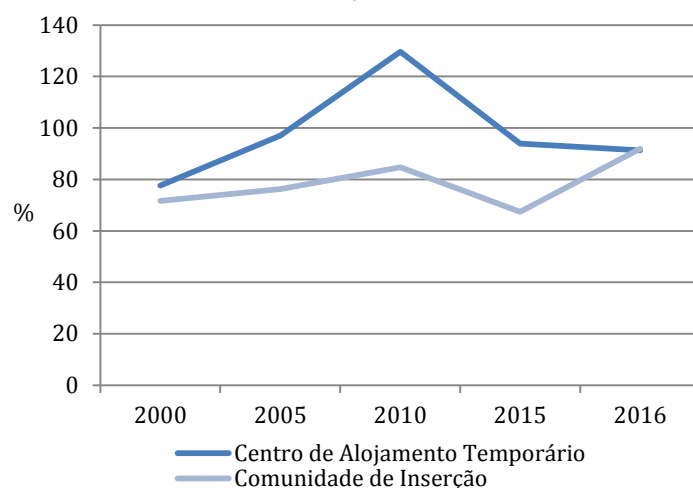


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.4.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização das respostas dirigidas à Família e Comunidade, que vinha registando uma diminuição entre 2010 e 2015, no ano de 2016, registou um aumento (de 8,1 p.p.) face a 2015 em termos de taxa de utilização média das principais respostas, tendo-se situado nos 81 %. É de salientar em 2016 a forte subida da taxa de utilização da Comunidade de Inserção (mais 25 p.p. face a 2015), atingindo 92 %.

Figura 100 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.4.5. A resposta social Acolhimento Familiar

Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens

A resposta Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens²⁵ destina-se a crianças e jovens até aos 18 anos em situação de perigo a quem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção. Esta resposta consiste numa medida de carácter temporário, concretizada através da atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a integração em meio familiar, bem como a prestação de cuidados adequados às necessidades, bem-estar e educação necessária ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. O objetivo desta resposta, prosseguida através das famílias de acolhimento, é assegurar à criança ou ao jovem um meio sócio-familiar adequado ao desenvolvimento da sua personalidade, em substituição da família natural, enquanto esta não disponha de condições. Para além disso, constituem, também, objetivos da resposta afastar o perigo em que a criança ou jovem se encontra, proporcionar as condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral da criança ou jovem e garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

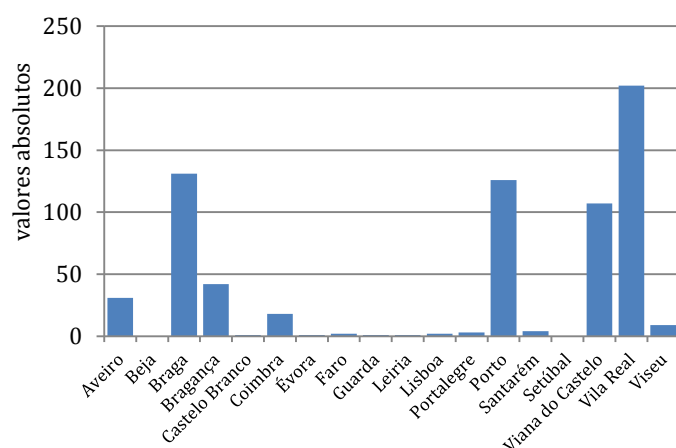
Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência

No que diz respeito ao Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência²⁶, esta resposta desenvolvida por famílias consideradas idóneas (aptas, capazes), consiste no acolhimento familiar de pessoas idosas (com idade igual ou superior a 60 anos) ou de pessoas adultas com deficiência (com idade igual ou superior a 18 anos), de forma temporária ou permanente e a tempo completo ou a tempo parcial. O objetivo desta resposta é assegurar à pessoa idosa ou à pessoa adulta com deficiência um meio sócio-familiar e afetivo adequado à satisfação das suas necessidades básicas e ao respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade.

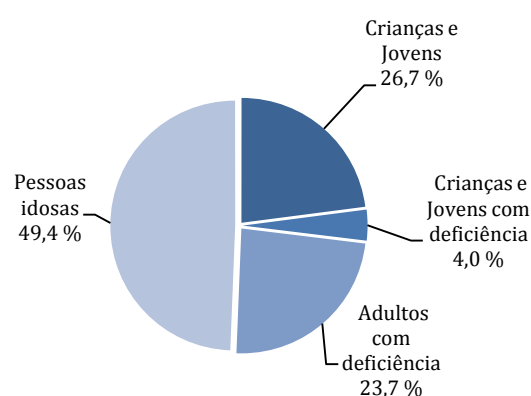
Pese embora disponha de enquadramento e objectivos distintos conforme o grupo-alvo a que se destina, a resposta de Acolhimento Familiar no âmbito deste relatório é, ainda, analisada de forma agregada.

²⁵ O Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, veio regular o regime de aplicação do acolhimento familiar de crianças e jovens, previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - que aprovou a proteção de crianças e jovens em perigo.

²⁶ O regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência é regulado pelo Decreto-Lei n.º 391/91 de 10 de outubro.

Figura 101 - Distribuição da reposta social Família de Acolhimento por distrito – 2016

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

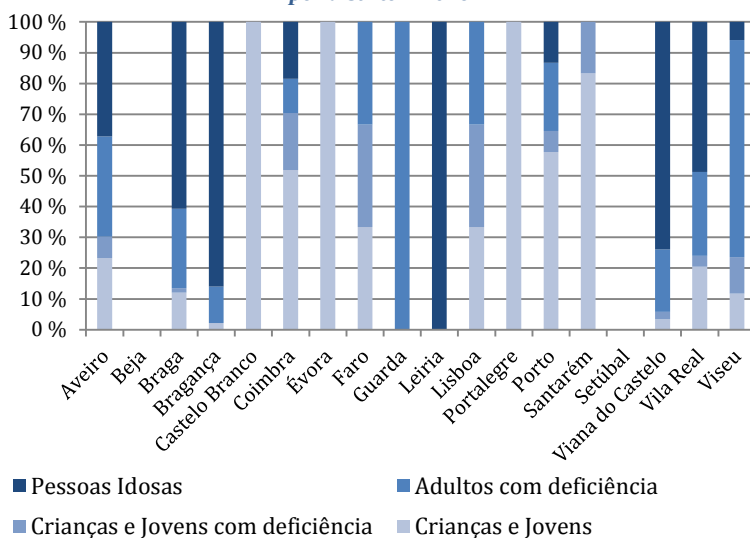
Figura 102 - Distribuição percentual do número de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2016

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

O Decreto-Lei n.º 11/2008²⁷, de 17 de janeiro, que regula o regime de aplicação do acolhimento familiar de crianças e jovens, prevê que apenas se podem candidatar a Família de Acolhimento de crianças e jovens pessoas ou famílias que não tenham qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem, ou que não sejam candidatos a adoção. Em 2016, o número médio de pessoas acolhidas por família foi de 1,8.

No que respeita à sua distribuição a nível nacional, o Acolhimento Familiar tem uma maior implementação no norte do país, com destaque para os distritos de Vila Real, Braga, Porto e Viana do Castelo, onde se concentram mais de 80 % do total de famílias de acolhimento no território continental.

Do universo das pessoas acolhidas, em 2016, as Pessoas Idosas representavam praticamente metade (49,4 %) do total dos grupos representados, embora as Crianças e Jovens consistissem no grupo-alvo presente em maior número de distritos do território nacional (14 distritos).

Figura 103 - Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2016

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

²⁷ O Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, veio regular o regime de aplicação do acolhimento familiar de crianças e jovens, previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - que aprovou a proteção de crianças e jovens em perigo.

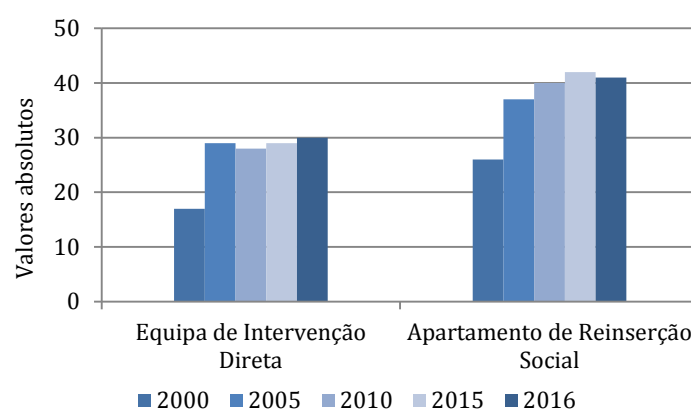
3.5 Pessoas Toxicodependentes

As respostas sociais dirigidas a Pessoas Toxicodependentes visam o apoio à população toxicodependente e às respetivas famílias, quer através de unidades de intervenção, quer em equipamento, por via do acolhimento temporário destas pessoas que após a sua saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

3.5.1. Número de respostas sociais

As respostas destinadas a este grupo-alvo evidenciam, ao longo do período de análise (2000-2016), um crescimento, por referência a 2000, de 77 %, no caso das Equipas de Intervenção Direta, e de 58 % no caso dos Apartamentos de Reinserção Social. Face ao ano de 2015, verificou-se em 2016 um aumento de cerca de 3,5 % nas Equipas de Intervenção Direta, e uma diminuição de cerca de 2,5 % para a resposta Apartamento de Reinserção Social.

Figura 104 - Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2016

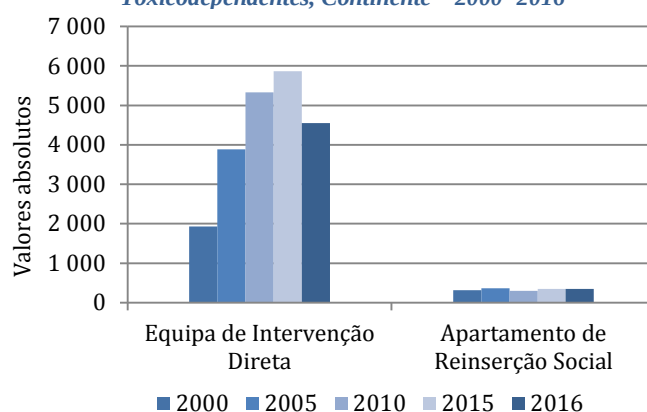


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.5.2. Capacidade

A capacidade de resposta neste grupo alvo centra-se em grande parte no âmbito das Equipas de Intervenção Direta.

Figura 105 - Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2016



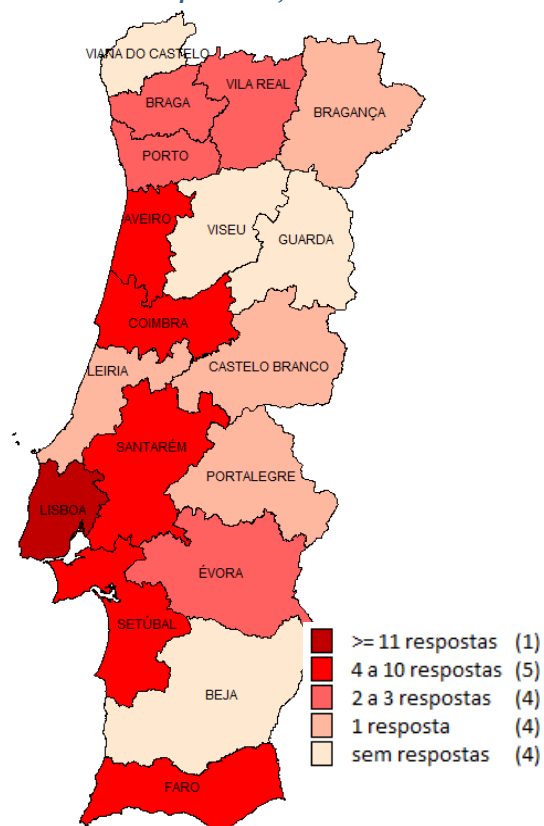
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.5.3. Distribuição territorial

Os distritos localizados ao longo da faixa litoral, e à semelhança de anos anteriores, continuam a registar o maior número de respostas endereçadas às Pessoas Toxicodependentes.

Lisboa continua a concentrar mais de 50 % do número total das respostas existentes.

Figura 106 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, distrito – 2016

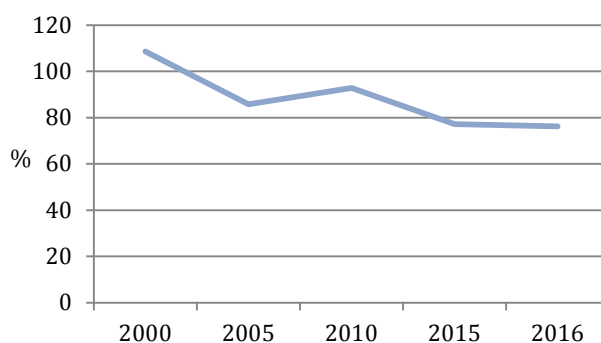


Fonte: GEP-MTSSS. Carta Social.

3.5.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social mantém a tendência de descida desde o início do período em análise, tendo no ano de 2016, situando-se em 76 % (menos 1 p.p. face a 2015).

Figura 107 - Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

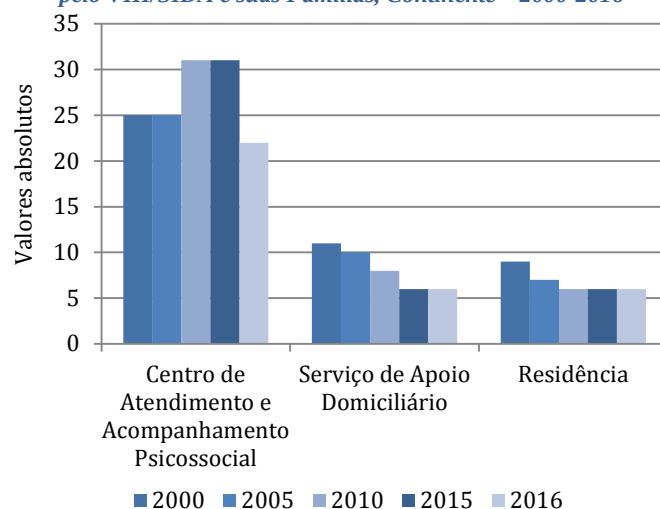
3.6 Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

As respostas sociais que visam o apoio a pessoas infetadas pelo VIH/SIDA e às suas famílias têm por objetivo a promoção da autonomia, integração social e a saúde, dividindo-se em três tipos: **(1)** Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, **(2)** Serviço de Apoio Domiciliário e **(3)** Residência para Pessoas Infetadas com o VIH/SIDA.

3.6.1. Número de respostas sociais

O número de respostas sociais do âmbito da RSES dirigidas a este grupo-alvo revelou uma ligeira quebra, entre 2015 e 2016, no que diz respeito aos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, enquanto o Serviço de Apoio Domiciliário e a Residência se mantiveram em 2016 nos mesmos valores de 2015.

Figura 108 - Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2016

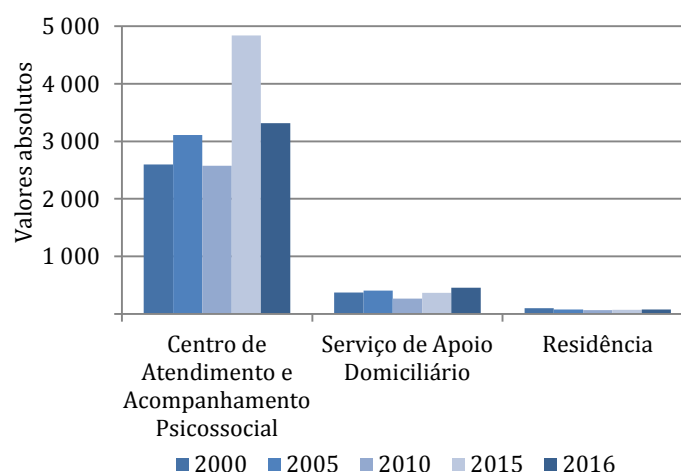


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.6.2. Capacidade

A capacidade das respostas dirigidas a esta população, não obstante a descida verificada nos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial entre 2015 e 2016, apresentou, ainda assim, um crescimento de 25 %, face ao início do período (ano 2000). Em comparação com o ano 2015, o Serviço de Apoio Domiciliário foi o que teve um maior aumento (25 %).

Figura 109 - Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

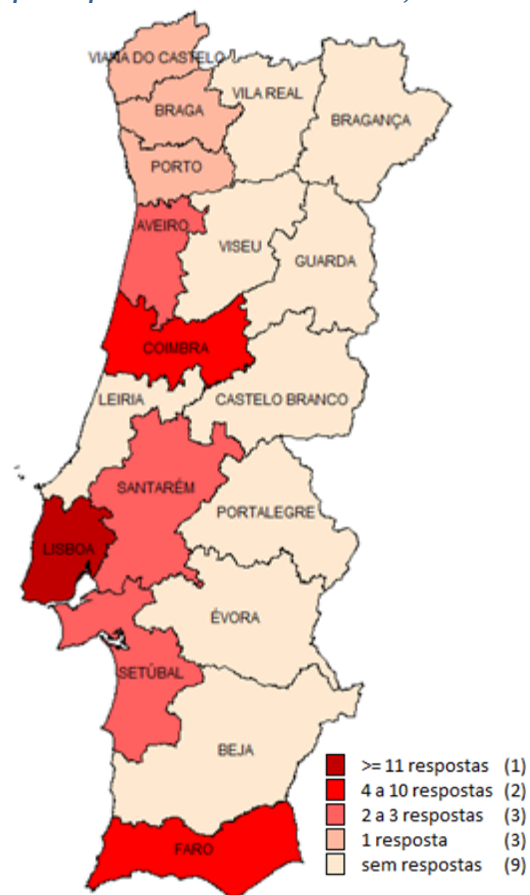
3.6.3. Distribuição territorial

A distribuição geográfica das respostas destinadas a Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA coloca em evidência a concentração de respostas nos distritos do litoral do território continental, por oposição ao interior do país que apresenta a quase inexistência destas respostas.

De acordo com o mapa ao lado, o distrito de Lisboa continua a reunir mais metade das respostas (53 %), seguido por Coimbra e Faro.

Em relação a 2015, houve uma diminuição do número de distritos com uma resposta e um aumento dos distritos sem respostas.

Figura 110 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2016

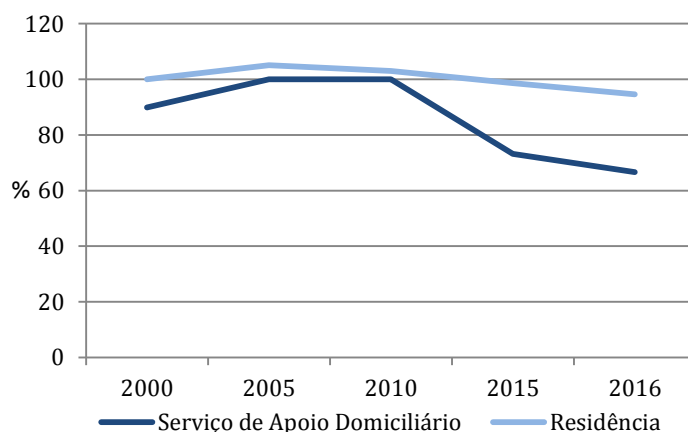


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.6.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização das respostas dirigidas a este grupo-alvo, ao longo do período de análise (2000-2016) vem apresentando valores próximos da lotação máxima, à exceção da resposta SAD, que a partir de 2010 começou a diminuir, situando-se em 2016 nos 67 %.

Figura 111 - Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

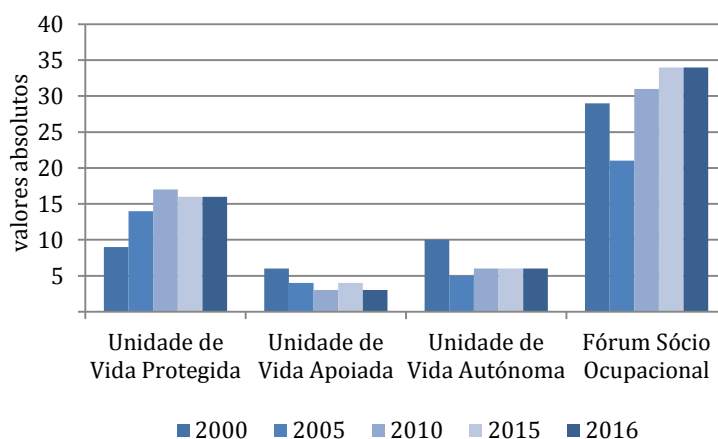
3.7 Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

As respostas dirigidas a Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico abrangem um conjunto de respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social, especialmente para o grupo das que se encontra em situação de carência e desigualdade socioeconómica, dependência e vulnerabilidade social. Estas respostas têm como objetivo promover a autonomia, a integração social e a saúde, dividindo-se em quatro tipo de respostas em função da gravidade da doença e do grau de autonomia da pessoa: **(1)** Fórum Socio-ocupacional, **(2)** Unidade de Vida Autónoma, **(3)** Unidade de Vida Apoiada e **(4)** Unidade de Vida Protegida.

3.7.1. Respostas sociais

As respostas sociais que visam o apoio a Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, do âmbito da RSES, vinham registando até 2015 alguma oscilação. Em 2016 verifica-se uma estabilização das respostas nos níveis de 2015. Apenas a Unidade de Vida Apoiada conheceu uma ligeira diminuição.

Figura 112 - Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2016

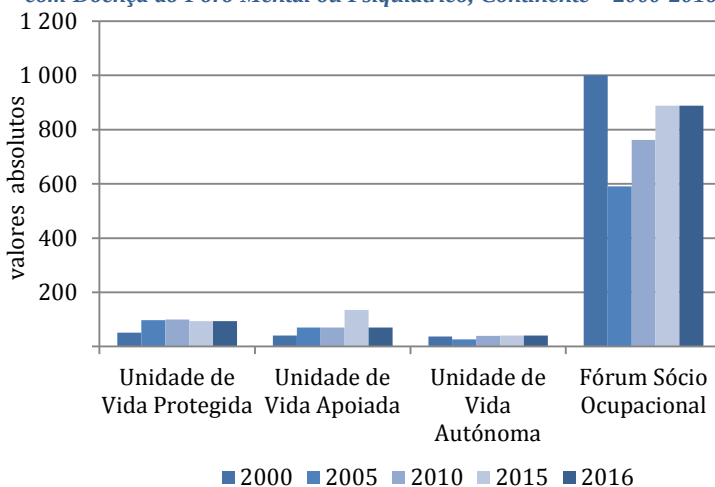


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.7.2. Capacidade

Ao nível da capacidade, no período em análise, verificaram-se poucas oscilações, sendo, mais uma vez, a Unidade de Vida Apoiada a única resposta a ter uma ligeira alteração face ao ano anterior.

Figura 113 - Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.7.3. Distribuição territorial

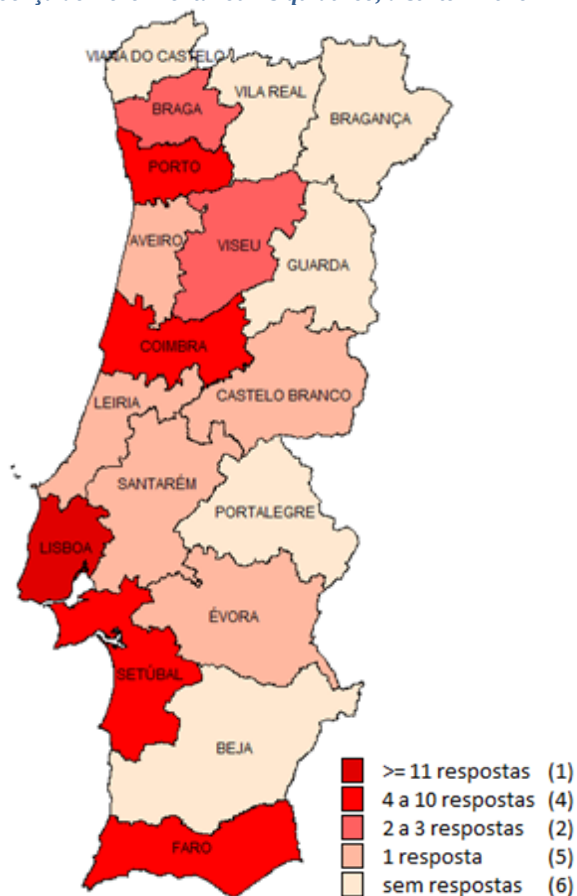
Ao longo do território nacional, a distribuição das respostas sociais para as pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, apresenta grandes disparidades.

Desde logo, destaca-se o distrito de Lisboa que abrange 44 % das respostas sociais, sendo pois o único distrito com onze ou mais respostas.

O Porto, Coimbra, Setúbal e Faro detinham entre quatro a dez respostas.

Em relação ao ano de 2015, a única alteração prende-se com o distrito de Leiria, que passou do grupo de duas a três respostas para apenas uma resposta.

Figura 114 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2016



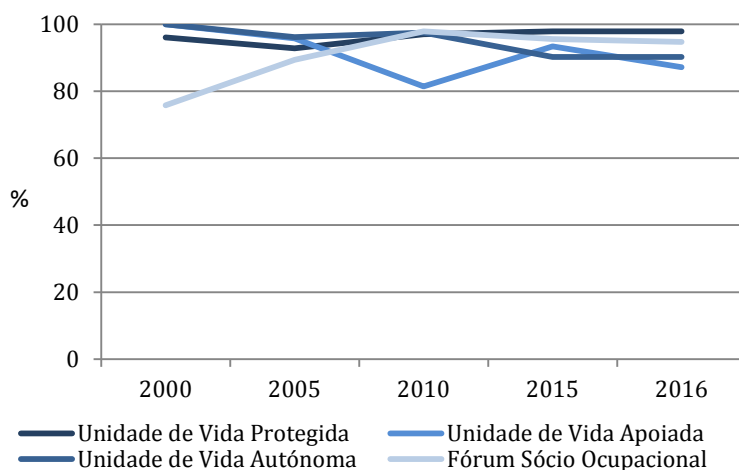
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.7.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização das respostas sociais direcionadas para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, têm ao longo do período em análise, apresentado valores bastante elevados.

Com exceção da resposta Unidade de Vida Apoiada, que em 2016 apresentava uma taxa de 87 %, todas as restantes se situavam acima dos 90 %.

Figura 115 - Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2016



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público

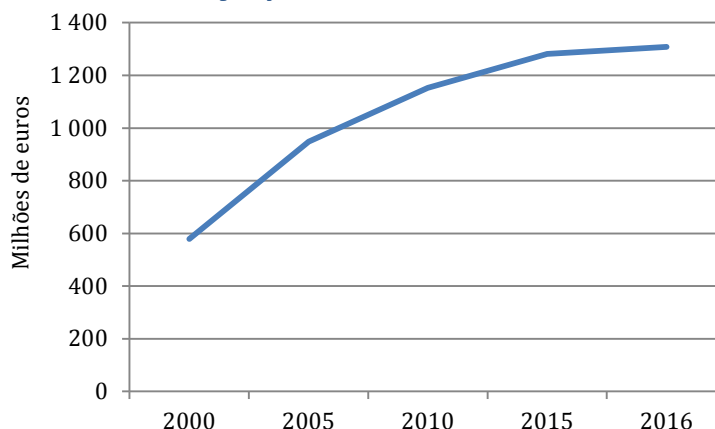
4.1. Despesa de funcionamento

O funcionamento das respostas sociais que compõem a RSES é suportado pelos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), a comparticipação do utente e/ou dos familiares e as receitas próprias das instituições.

A despesa pública com acordos de cooperação registou um aumento de 126 %, entre 2000 e 2016,

refletindo o crescimento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação e a atualização anual dos valores da comparticipação pública por utente. Entre 2015 e 2016, o aumento da despesa de funcionamento com acordos de cooperação foi de 2,2 %.

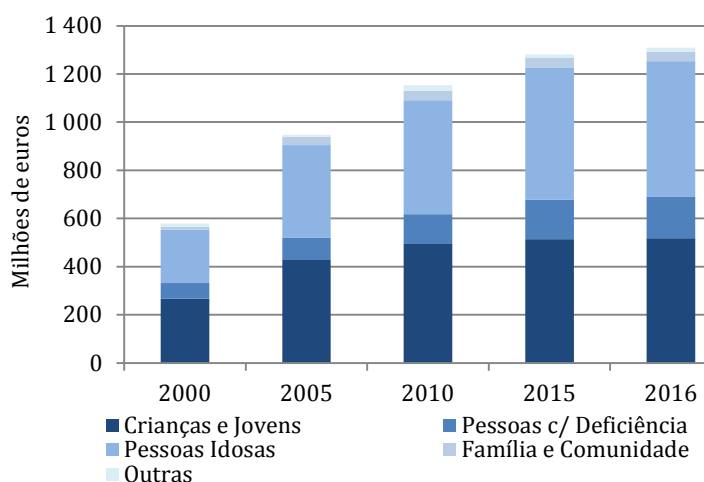
Figura 116 - Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2016¹



Fonte: IGFSS-MTSSS, *Conta da Segurança Social*.

¹Revisão de série, com efeitos a partir de 2000, em função de alteração metodológica (contabilizada apenas a despesa com acordos de cooperação).

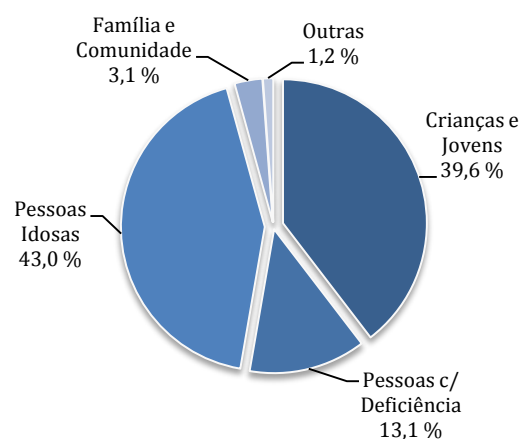
Figura 117 - Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2016¹



Fonte: IGFSS-MTSSS, *Conta da Segurança Social*.

¹Revisão de série, com efeitos a partir de 2000, em função de alteração metodológica (contabilizada apenas a despesa com acordos de cooperação).

Figura 118 - Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2016



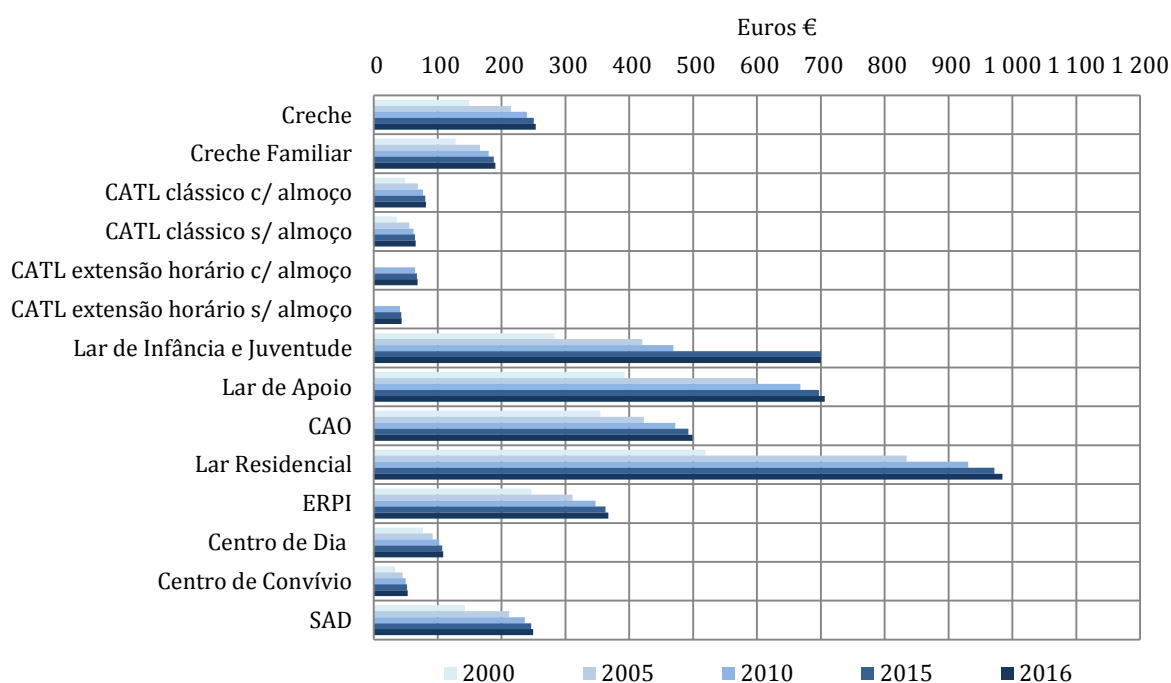
Fonte: IGFSS-MTSSS, *Conta da Segurança Social*.

As despesas com as respostas sociais dirigidas às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade e as respostas que visam o apoio às Pessoas Idosas apresentaram, em 2016, no universo das principais populações-alvo, o crescimento mais acentuado por comparação ao ano 2000. Em 2016, a maior proporção de despesa visava o apoio às Pessoas Idosas e às Crianças e Jovens, representando em conjunto cerca de 83 % da despesa total de funcionamento da RSES.

4.2. Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação

O valor da comparticipação financeira da Segurança Social relativamente às respostas sociais abrangidas pelo Protocolo de Cooperação foi aumentado em 2016 em 1,3 %, face a 2015. As respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade constituíram as respostas com os valores mais elevados de comparticipação por utente, designadamente o Lar Residencial, o Lar de Apoio e o Centro de Atividades Ocupacionais. De referir, ainda, que no âmbito das Crianças e Jovens em situação de perigo, a resposta Lar de Infância e Juventude beneficiou de um incremento no valor da comparticipação financeira de 2013 em diante.

Figura 119 - Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2016



Fonte: Protocolos de Cooperação.

Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, exarado em 2006/01/19)

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Crianças e Jovens**AMA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

CRECHE FAMILIAR

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

CRECHE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – CATL

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

Crianças e Jovens com Deficiência**INTERVENÇÃO PRECOCE**

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

LAR DE APOIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo**CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e proteção, visando a sua integração em meio familiar.

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento – apartamento inserido na comunidade local – destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas Idosas**SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE CONVÍVIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades socio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

CENTRO DE DIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

CENTRO DE NOITE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

RESIDÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.

LAR DE IDOSOS

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – ERPI (Nova denominação das respostas residenciais para pessoas idosas, substituindo as designações lar de idosos e residência para idosos, nos termos da Portaria n.º 67/2012, de 21 de março.)

Considera-se estrutura residencial para pessoas idosas, o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir um das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

Pessoas Adultas com Deficiência**CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como atividades de animação sociocultural.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS – CAO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

LAR RESIDENCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Pessoas em Situação de Dependência**SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico**FORUM SÓCIO-OCUPACIONAL**

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

UNIDADE DE VIDA AUTÓNOMA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, mas com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

UNIDADE DE VIDA APOIADA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

Pessoas Sem-Abrigo**EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

ATELIER OCUPACIONAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

FAMÍLIA E COMUNIDADE**Família e Comunidade em Geral****ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

GRUPO DE AUTO-AJUDA

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

CENTRO COMUNITÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

CENTRO DE APOIO À VIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puerperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

COMUNIDADE DE INSERÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO – CAT

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

AJUDA ALIMENTAR

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias**CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL – CAAP**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFETADAS PELO VIH/SIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas e/ou doentes de HIV, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

Pessoas Toxicodependentes

EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afetadas por este fenómeno.

APARTAMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

CENTRO DE ATENDIMENTO

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas.

CASA DE ABRIGO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS

APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

APOIO EM REGIME AMBULATORIO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve atividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

IMPrensa BRAILLE

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às atividades de natureza cultural e recreativa.

ESCOLA DE CÃES-GUIA

Equipamento onde se desenvolvem atividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.

